



UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

RENAN LUIS ROTH

EFEITOS DA PRODUÇÃO CAFEEIRA NO DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO BRASILEIRO E SEU IMPACTO NA BALANÇA
COMERCIAL ENTRE 2000 E 2018

CAXIAS DO SUL

2019

RENAN LUIS ROTH

**EFEITOS DA PRODUÇÃO CAFEEIRA NO DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO BRASILEIRO E SEU IMPACTO NA BALANÇA
COMERCIAL ENTRE 2000 E 2018**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade de Caxias do Sul, como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Sob orientação da Professora Ms. Lodonha Maria Portela Coimbra Soares.

Caxias do Sul
2019

AGRADECIMENTOS

Aos professores da graduação, profissionais exemplares que convivi ao longo da vida acadêmica. Agradeço em especial a atenção de minha orientadora, prof. Lodonha, por confiar em minhas ideias, por compartilhar parte do seu conhecimento e por todo o bom humor de nossos encontros.

A Marina e meus amigos que compreenderam minha ausência no período de confecção deste trabalho. Também agradeço aos amigos que ganhei durante a graduação, que certamente serão para a vida inteira.

Finalmente, agradeço aos meus colegas de trabalho por me auxiliarem e entenderem os dias de saída antecipada.

RESUMO

O desenvolvimento da economia brasileira é caracterizado, principalmente pela produção e exportação de commodities, dentre essas é possível destacar ouro, algodão, açúcar e café. O café surge no em 1727 em um momento de declínio das exportações brasileiras do açúcar e passa a ser o principal produto brasileiro. O presente trabalho tem por objetivo verificar as transformações proporcionadas pelo café no desenvolvimento socioeconômico do país. O trabalho dividiu-se em capítulos. O segundo capítulo parte de uma revisão bibliográfica sobre a introdução e cultivo do café no país. No terceiro capítulo, apresentou-se através do método teórico-descritivo características na industrialização brasileira com foco nas transformações realizadas a partir da produção cafeeira. No quarto capítulo houve uma análise teórico-descritiva sobre as exportações brasileiras no período de 2000 a 2018 e como elas impactam na balança comercial, bem como estudos de concorrência internacional e projeções de consumo. Identifica-se então que a produção cafeeira brasileira determinou os rumos da economia causando transformações no campo do desenvolvimento socioeconômico responsável, principalmente pela urbanização e industrialização do país. A diversidade étnica brasileira foi motivada em parte pelo cultivo de café. O grão também sustentou a criação de um Estado Nacional centralizado e abertura do comércio internacional brasileiro além de contribuir para o equilíbrio da balança comercial.

Palavras-chave: Produção cafeeira. Desenvolvimento socioeconômico. Industrialização. Balança comercial. Exportações.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Produção industrial entre 1928 e 1938	38
Figura 2 – Comparativo entre a produção brasileira e vietnamita entre 2008 e 2017	44
Figura 3 – Evolução das exportações brasileiras entre 1989 e 2013	48
Figura 4 – Relação entre área plantada e produção	51
Figura 5 – Relação entre pessoal ocupado e número de tratores entre 1975 e 2017	52
Figura 6 – Participação das principais commodities nas exportações brasileiras	53
Figura 7 – Participação dos principais itens exportados	54
Figura 8 – Participação Mundial dos maiores exportadores de café entre 2001 e 2015	55
Figura 9 – Importação Mundial de Café em sacas de 60 kg entre 2000 e 2014	56
Figura 10 – Projeções de consumo de café até 2030	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Importação da população escrava	20
Tabela 2 – Subsídios a imigração: 1885 – 1900	21
Tabela 3 – Produção cafeeira e imigração (1880 – 1897)	22
Tabela 4 – Volume exportador entre os períodos de 1821 a 1890	24
Tabela 5 – Exportações do Café	34
Tabela 6 – Café destruído pelo Governo Federal e Produção Nacional entre 1931 e 1945 em toneladas	39
Tabela 7 – Exportação Mundial de café (principais países produtores)	43
Tabela 8 – Desembolsos do BNDES na agropecuária: 1895 a 2018 em R\$ milhões	50
Tabela 9 – Saldo da Balança Comercial sem o café (em bilhões de dólares) .	59

LISTA DE SIGLAS

ABIC	Associação Brasileira da Indústria do Café
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
Cecafé	Conselho dos Exortadores de Café do Brasil
Funcafé	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEDI	Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
PIB	Produto Interno Bruto

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	11
1.2	DEFINIÇÃO DAS HIPÓTESES	12
1.2.1	Hipótese Principal	12
1.2.2	Hipóteses Secundárias	12
1.3	JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA	13
1.4	DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS	13
1.4.1	Objetivo Principal	14
1.4.2	Objetivos Secundários	14
1.5	METODOLOGIA	14
2	INTRODUÇÃO E CULTIVO DO CAFÉ NO BRASIL	16
2.1	INÍCIO DA PLANTAÇÃO DO CAFÉ	16
2.2	MÃO DE OBRA	18
2.3	ASSIMILAÇÃO MERCADOLÓGICA DO CAFÉ	23
2.4	INCENTIVOS À PRODUÇÃO DO CAFÉ NO BRASIL COLÔNIA	25
2.5	DECLÍNIO DO CICLO	27
3	INFLUÊNCIA DO CAFÉ NA INDUSTRIALIZAÇÃO DO PAÍS	32
3.1	CAFÉ COMO PRINCIPAL ITEM DE EXPORTAÇÃO	32
3.2	A CRISE DE 29 E SUAS IMPLICAÇÕES	34
3.3	CAFÉ NO SÉCULO XXI	41
4	IMPACTO DA EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉ NA BALANÇA COMERCIAL	45
4.1	COMMODITIES BRASILEIRAS	46
4.2	EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS COMMODITIES NA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA	47
4.3	ANÁLISE COMPARATIVA DE EXPORTAÇÕES ENTRE O CAFÉ E AS PRINCIPAIS COMMODITIES AGRÍCOLAS BRASILEIRAS	52

4.3.1	Estudo do impacto das exportações do café da balança comercial brasileira	57
5	CONCLUSÃO	61
	REFERÊNCIAS	63

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia pretende analisar e demonstrar os efeitos da produção do café na economia brasileira e seu impacto na balança comercial visto que, vários fatores determinaram o rumo da economia brasileira sendo a produção e exportação do café um expoente essencial, corroborando para o crescimento socioeconômico do país.

Na história do Brasil, mais especificamente na Primeira República que compreende o período de 1889 a 1930, o desenvolvimento e exportação do café colaboraram para o acúmulo de capital contribuindo para investimentos em outras áreas diversificando assim a economia do país, ou seja, o café foi o pilar responsável pelo desenvolvimento da economia nacional.

Na Primeira República não há um processo de industrialização, e sim o desenvolvimento industrial no Brasil, pois quando se falava em fábricas, oficinas ou até mesmo indústria deve-se lembrar que neste período não havia mecanização sofisticada nestes estabelecimentos, tampouco um setor de bens de capital. Predominando um setor de bens de consumo assalariado e um nascente setor de base no Brasil, caso da indústria de máquinas e equipamentos, e também das primeiras siderúrgicas.

Acerca do tema, faz-se uma análise sobre a passagem do trabalho manual para a manufatura, o que representa uma importante etapa no desenvolvimento dos estabelecimentos, sendo esse um processo gradual e continuado. Será exposto ainda, que os dois métodos eram complementares, havendo também diversos trabalhos manuais especializados.

O Brasil conquistou destaque na produção e exportação do grão impactando diretamente na balança comercial brasileira, o país é referência quando se fala em café e por isso o presente trabalho tem como intuito contribuir para uma melhor compreensão da formação da economia brasileira que teve o café como um dos principais expoentes e também analisar os impactos das exportações na balança comercial.

1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

É possível contar a história por meio das bebidas. Não é diferente com o café que se popularizou no oriente para o ocidente, suprimindo as demandas mercantilistas que sustentavam o capitalismo, conduzindo revoluções financeiras que construíram a sociedade moderna, figurando como um de seus motivos.

O café ganhou notoriedade comercial por uma imposição histórica durante o século XIX, e a partir de então, não deixou de ser relevante na pauta exportadora brasileira. Além disso, por compor a base da economia brasileira, é possível afirmar que o grande capital cafeeiro é precursor do capital industrial nacional, o que explica sua importância e a formação econômica brasileira. A popularidade, por sua vez, advém de alguns traços da base sobre o qual apoiou o capitalismo brasileiro atual, diante disso o presente objeto pretende responder as seguintes indagações.

1. Como foi introduzido o café no país?
2. Como se deu seu plantio?
3. Qual era a mão de obra empregada?
4. Porque o café se tornou relevante na economia brasileira?
5. Qual foi o impacto da produção do café na industrialização do país?
6. Porque o Brasil empregou grandes esforços na produção de café e quais os efeitos dessa atitude?
7. Qual o papel do governo na produção cafeeira?
8. Qual foi o efeito da crise de 29 na produção cafeeira do país?
9. Qual o impacto da exportação de café brasileiro na balança comercial?
10. Como a concorrência externa afeta a produção brasileira?
11. Quais são as projeções para as exportações do café brasileiro?

1.2 DEFINIÇÃO DAS HIPÓTESES

1.2.1 Hipótese Principal

A produção e exportação do café são relevantes na pauta exportadora brasileira e na balança comercial.

1.2.2 Hipóteses Secundárias

H1: A introdução do café no Brasil se deu com os portugueses onde seu cultivo era realizado de forma braçal com mão de obra escrava;

H2: O clima do Brasil favoreceu o plantio do café tornando-o principal produto exportado;

H3: O Governo se tornou o principal financiador da produção cafeeira o que contribuiu para atraso do desenvolvimento industrial;

H4: A crise de 1929 fez a economia brasileira entrar em colapso por ter sua dependência demasiada na produção cafeeira;

H5: As exportações brasileiras do café são ameaçadas pela concorrência internacional;

1.3 JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA

Desde o Brasil Colônia, a produção de café é uma parte importante da economia brasileira. O café chegou ao país em 1727 e em 1845 já era responsável por 45% da produção mundial. Vale lembrar que a cafeicultura foi a grande responsável pela urbanização e pelo desenvolvimento econômico de algumas cidades, principalmente na região de Minas Gerais e do Vale do Paraíba, em São Paulo.

O café brasileiro no século XXI está presente em mais de 120 países do mundo, foram 35 milhões de sacas exportadas na safra de 2017, gerando uma receita de 5,3 bilhões de dólares para o país segundo o Cecafé (Conselho dos Exportadores de Café). A produção desse vegetal de origem africana começou no período colonial, ele foi determinante no processo de formação do Estado nacional brasileiro após a independência de Portugal e moldou a economia do Brasil por mais de um século.

Percebe-se que por mais de um século os rumos do Brasil estiveram diretamente envolvidos aos caminhos percorridos pela cafeicultura. Com altos e baixos, prós e contras o café colaborou a forjar a economia do país. O modelo de Estado nacional centralizado foi auxiliado pelas rendas oriundas do café que por sua vez corroborou para que se mantivesse uma unidade nacional organizando as estruturas burocráticas e administrativas. Contribuiu também no processo de industrialização e da formação da infraestrutura do país contribuindo para o desenvolvimento econômico, em particular no sudoeste do país. A partir da década de 1930 Getúlio Vargas diminuiu a dependência do país em relação ao café, mas sua importância ainda continua em destaque.

Diante disso, o presente se justifica por demonstrar e analisar os efeitos da produção do café na economia brasileira e seu impacto na balança comercial entre 2000 e 2018.

1.4 DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Principal

Descrever os efeitos da produção cafeeira na economia brasileira e seu impacto na balança comercial entre 2000 e 2018.

1.4.2 Objetivos Secundários

1. Estudar os efeitos do plantio do café na economia brasileira;
2. Verificar como as decisões governamentais interferiram na produção cafeeira;
3. Analisar o impacto da produção do café na industrialização do país;
4. Analisar como a produção cafeeira brasileira impacta a cotação internacional;
5. Verificar como se comportou a participação do café na economia brasileira desde a sua inserção;
6. Analisar o impacto da produção e exportação na balança comercial.

1.5 METODOLOGIA

A Metodologia é o tópico do projeto de pesquisa que abrange maior número de itens, pois responde às seguintes questões: Como? Com quê? Onde? Quanto? (LAKATOS; MARCONI, 2003).

O método utilizado será quali-quantitativo, a pesquisa qualitativa não se preocupa com a representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a metodologia qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm a sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1997).

A pesquisa quantitativa é caracterizada pelo uso da quantificação, tanto na coleta quanto no tratamento das informações, utilizando-se de técnicas estatísticas (RICHARDSON, 1999). Objetiva a aquisição de resultados que evitem possíveis distorções de análise e interpretação e que possibilitem a maximização da margem

de segurança (DIEHL, 2004). De modo geral, a pesquisa quantitativa é passível de ser medida em escala numérica (ROSENTAL; FRÉMONTIER-MURPHY, 2001)

A ferramenta de pesquisa para aplicar essa metodologia será a pesquisa bibliográfica, que consiste em se basear em obras publicadas para explicar o problema.

Na pesquisa bibliográfica, a investigação nas publicações busca levantar o conhecimento disponível sobre o assunto, avaliando as teorias já conhecidas e dando uma possível contribuição ao objeto de investigação (KÖCHE, 2011).

A pesquisa bibliográfica norteará a confecção do capítulo 2, onde serão analisados impactos socioeconômicos da produção cafeeira na economia brasileira, juntamente com as características, propriedades e relações do café em cada momento econômico.

Os capítulos 3 e 4 serão abordados pela pesquisa descritiva que consiste na identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo. Esse tipo de pesquisa pode ser entendido como um estudo de caso onde, após a coleta de dados, é realizada uma análise das relações entre as variáveis para uma posterior determinação dos efeitos resultantes em uma empresa, sistema de produção ou produto (PEROVANO, 2014).

O capítulo 4 evidenciará os impactos que a produção e exportação brasileiras trazem para a balança comercial.

2 INTRODUÇÃO E CULTIVO DO CAFÉ NO BRASIL

A economia brasileira tem sua construção baseada por ciclos econômicos em virtude da sua colonização ser constituída por meio de exploração, administração política e desenvolvimento econômico, passou por longos modelos de desenvolvimento apoiados pelas commodities, dentre eles o pau-brasil, a cana-de-açúcar e o café.

Com o foco no último produto apresentado, a finalidade deste capítulo é analisar o ciclo do café desde sua formação até o seu declínio e como ele impactou a economia brasileira. Com isso, faz-se necessária uma revisão histórica, realizando um percurso de dinamismos diferentes, que vão desde as políticas indexadas à proteção do produto primário exportador e principalmente sua influência na formação até a crise do ciclo em 1930, onde os cenários políticos e econômicos do Brasil mudaram completamente de rumo.

O presente capítulo tem por intuito contextualizar como foi a introdução e cultivo do café no Brasil, desde o começo da sua plantação evidenciando o funcionamento da mão de obra empregada passando pela assimilação mercadológica do grão, ou seja, como o produto era visualizado pelo mercado. E por último será abordado como o Estado, através de subsídios, impactou a produção cafeeira no país.

2.1 INÍCIO DA PLANTAÇÃO DO CAFÉ

É importante destacar que o período anterior a introdução da café era decadente pois, o açúcar e algodão, que eram os principais produtos produzidos no país, estavam sobre concorrência conforme explica Rego (2003) salientando que a concorrência aumentava por falta de produtividade e o liberalismo presente no século XIX fez essa questão ficar mais evidente. Se não fosse o surgimento do café como principal produto na pauta exportadora o futuro do país não seria nada animador

Dito isso, é preciso entender como o grão inseriu-se no Brasil tendo em vista que existe uma escassez de informações sobre sua inserção no país, a história mais aceita é a introdução do café pelo Sargento-Mor Francisco de Mello que em viagem a Guiana Francesa para o Brasil ganhou uma pequena muda de café Arábica e a

trouxe escondida, visto que, as leis da Guiana não permitiam que o café saísse da colônia sem ser para a colonizadora.

Corroborando com essa versão Felipe e Duarte (2008) elucidam que a entrada do café no país se deu em 1727 e que devido às severas leis francesas o sargento não conseguiu levar as sementes diretamente ao país, no entanto, devido a um presente da esposa do então Governador francês Claude D'Orvilles que consistia em cinco mudas de café se deu origem as plantações de café no Brasil. Martins (2008) confirma essa representação demonstrando que através de uma série de estudos privilegiou a imagem do Sargento-Mor como introdutor do café no país, ampliando assim sua biografia. Ainda é enfatizado seu envolvimento não só como introdutor, mas também como agricultor responsável pelo início da plantaço e em seguida o cultivo em escala.

Nesse sentido é possível perceber que o café entrou ilicitamente no país, uma vez que as leis da Guiana Francesa proibiam, através de uma fiscalização rigorosa, qualquer saída de grãos da colônia sem ser para a sua colonizadora, no caso a França.

Destaca-se que o cultivo do café sofreu bastante relutância por parte dos agricultores, apesar da produção de açúcar estar sofrendo forte concorrência muito em conta da produção das Guianas, a mesma ainda era a principal fonte de renda do proprietário do engenho, conforme enfatiza Ana Luiza Martins (2008, p.12):

[...] que embora a planta fosse bonita, enfeitasse os jardins com floradas brancas e perfumadas, produzia bebida saborosa e de consumo já assimilado pelo mercado internacional, a planta foi duramente rejeitada pelos senhores de engenho que estavam habituados com a cana-de-açúcar. Vale ressaltar que o grão foi ainda mais rejeitado quando o governo começou a estimulá-lo devido a desconfiança que essa medida gerou.

As mudas foram plantadas primeiramente na região noroeste do país, mais especificamente nos estados de Pará e Maranhão, onde não tiveram dificuldade em crescer, porém não seria nesse ambiente que a planta vingaria e viria a ser a principal riqueza do país devido a assimilação do mercado externo, validando essa afirmação a ABIC (2009) explica que nos Estados Unidos e Europa o consumo da bebida estava se disseminando, exigindo assim aumento da produção brasileira causando o aumento da plantaço para o Rio de Janeiro, onde teve sua plantaço

iniciada em 1781 por João Alberto de Castello. Assim se iniciou um novo ciclo econômico no país.

As condições climáticas dos estados de Pará e Maranhão favoreceram a plantação do grão conforme afirma Martins (2008) destacando que o grão no Maranhão se aclimatizou razoavelmente, possibilitando, inclusive o primeiro despacho em 1731 à Portugal auxiliado por um decreto assinado por João V, que determinava que em seu reino apenas entrava café oriundo de Maranhão.

Há de se destacar que a plantação cafeeira exige um período de maior tempo entre o plantio e a colheita e também demanda enormes volumes de capital para o investimento. Dito isso, Bueno (2002) avalia que era necessário elevado investimento para o seu desenvolvimento no qual foi obtido de duas maneiras, a primeira se deu por recursos provenientes do setor mercantil, a segunda e mais importante foi por meio de financiamento através de comissários estrangeiros, tornando o café alvo de investidores baseado no seu sucesso comercial.

É possível verificar que a introdução do café se deu de maneira ilegal e que o grão se espalhou inicialmente pelas Regiões do Pará e Maranhão encontrando boas condições para o plantio, porém sofrendo resistência por parte dos agricultores que detinham na cana de açúcar sua principal fonte de renda mas entendiam que a mesma estava sendo ameaçada devido a concorrência de produção.

2.2 MÃO DE OBRA

No início do cultivo a mão de obra empregada era a escrava com negros advindos da África conforme salienta Mello (2003, p.35).

Vieram, portanto, os negros africanos, como escravos, pisar o solo brasileiro. Aliás, junto com a primeira expedição, a de Martin Afonso de Souza, em 1532, os negros se faziam presentes. Estava aberta uma nova relação, pois, além do colonizador português, a força física do negro africano era requisitada para empreender energia e vigor nos primeiros passos da afirmação da Colônia. [...]. Esse fortalecimento foi, portanto, erigido com o suor e o sacrifício diário e permanente do escravo, permitindo que os portugueses, contando também com o seu auxílio inestimável, estabelecessem fortificações e resistissem às inúmeras tentativas de conquista efetuadas por outros países, corsários e conquistadores. Aos navios negreiros uma nova rota, ao superar as calmarias do Atlântico. Africanos capturados diretamente pelos portugueses, ou feitos prisioneiros de guerra na luta entre tribos, ou, então, elementos nocivos condenados por crimes, enfim, uma gama enorme passou a frequentar, em trânsito, os porões dos navios negreiros com destino ao Brasil. Assim vieram os negros, oriundos de diversas nações africanas, como os sudaneses, com destaque

para os orubas e os daomeanos; vieram os sudaneses ocidentais, onde os mais valorizados eram os das tribos hausas, tapas e mandingas, e bantus, das tribos angolanas, moçambicanas e congolosas.

De acordo com a afirmação anterior é possível afirmar que o início do ciclo do café foi realizado por meio de mão de obra escrava pois os mesmos tinham força e vitalidade para aguentarem a produção e também por não possuírem custos mensais ao produtor. Utilizada em grande escala, durante um longo período, a mão de obra escrava era comprada, pelos cafeicultores, por meio do tráfico negreiro, ou adquirida no comércio interno, no qual os escravizados eram originários de engenhos e fazendas em processo decadente no Nordeste após o período do Ciclo do Açúcar.

Furtado (2000) avalia a mão de obra escrava a assemelhando com a mesma da açucareira, porém com grau de capitalização inferior, pois depende exclusivamente do fator terra impactando diretamente no custo da produção, onerando assim o produtor.

A rotina dos escravizados, nos cafezais, era limpar o terreno, plantar e colher. Após a colheita, o café era exposto ao sol, em um segundo momento, quando os grãos já se encontravam secos, eram batidos com vara ou moídos em pilões. Ensacado, o café era levado em mulas que eram conduzidas, por escravizados, até os portos de embarque.

Por conta da sua demanda, o café exigia grandes terras e bastante mão de obra. O aumento da produção de café fez com que a chegada dos escravos originários da África atingisse o ápice em 1848, dois anos antes da Lei Eusébio de Queiroz de 1850 que proibia o tráfico de escravos. Sendo assim a escassez de mão de obra foi se agravando com a possibilidade de extinção do sistema escravista onde foi consumada em 1888 com a Lei Áurea.

O país dependia dos escravos para poder plantar, colher e beneficiar o café. Furtado (2000) avalia que com a proibição do comércio de escravos grande parte do capital investido no tráfico foi destinado para a cafeicultura permitindo assim maiores possibilidades de produção. A tabela 1 dimensiona os efeitos da Lei Áurea:

Tabela 1 - Importação da população escrava

Ano	População Escrava importada	Proporção
1840	2.000.000	-
1871	1.700.000	-15%
1888	600.000	-64,70% Lei Áurea

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Furtado (2000).

A Tabela 1 demonstra uma queda brusca de escravos importados pelo Brasil a partir da implementação da Lei Áurea principalmente a partir do ano de 1888 fazendo com que a mão de obra que era cada vez mais requisitada ficasse escassa e que Dom Pedro II começasse a defender a imigração de colonos livres para o trabalho nos cafezais.

Porém, o raciocínio construído por Celso Furtado contrasta com a escassez pois ele afirma que mesmo com a abolição da escravidão, não houve grandes mudanças ou prejuízos que comprometessem o setor cafeeiro, somente o deslocamento da mão de obra das minas de ouro e uma redistribuição de renda:

[...] a grande massa dos descendentes da antiga população escrava continuará vivendo dentro de seu limitado sistema de 'necessidades', cabendo-lhe um papel puramente passivo nas transformações econômicas do país. (FURTADO, 2000 p. 145)

Com o fim da forma habitual de obtenção de escravos os mesmos foram substituídos por imigrantes europeus fugindo da fome, miséria, perseguição religiosa e política que atingia a Europa. Considerando que o café era a principal fonte de renda do país, o governo passou a dar apoio à imigração a partir do ano 1870, que atraiu um grande número de imigrantes. Rego e Marques (2003, pg 83) esclarecem que quando a Associação Auxiliadora de Colonização (1871) implementou a Lei Imperial de 1885 foram estabelecidos serviços de propaganda na Europa e subsídios às passagens.

Também, a Sociedade Promotora da Imigração contratava os imigrantes com o apoio financeiro do governo da província. Ou seja, o transporte dos imigrantes até as fazendas de café foi pago através dessa sociedade, sendo assim, a Tabela 2 apresenta os subsídios federais e estaduais à imigração.

Tabela 2 - Subsídios a imigração: 1885-1900 (em libras esterlinas)

Ano	Governo Federal	Governo Estadual	Total	Variação %
1885	80.431	28.344	180.774	0
1886	160.619	88.172	194.179	6,9
1887	251.734	299.448	551.182	64,77
1888	405.395	304.384	709.779	22,34
1889	703.154	17.541	720.695	1,51
1890	327.322	83.919	411.241	-75,25
1891	1.224.275	37.383	1.281.658	67,91
1892	346.375	75.565	421.940	-203,75
1893	301.320	180.554	481.874	12,44
1894	99.067	51.318	150.386	-220,43
1895	339.878	301.398	641.277	76,55
1896	679.561	175.406	854.968	24,99
1897	30.887	190.620	221.507	-285,98
1898	40.486	82.039	122.525	-80,78
1899	7.942	70.607	78.549	-55,98
1900	75.214	44.686	119.900	34,49

Fonte: Tabela a a partir dos dados trabalhados por GRAHAM, Douglas H. Migração estrangeira e a questão da oferta de mão-de-obra no crescimento econômico brasileiro. Estudos econômicos 1880-1930, v. 3, n. 1.

Nota-se pela Tabela 2 o volume de subsídios concedidos no intervalo de 1888 a 1897 resultando no apogeu da imigração no país, do qual corresponde a 72% do total de subsídios concedidos.

Os imigrantes tinham tarefas como derrubar e queimar a mata, plantar, fazer a colheita, ensacar e despachar o café. Cada imigrante cuidava de uma cota mínima de pés de café: mulheres e jovens chegavam a cuidar 1000 pés de café e homens adultos podiam cuidar até 2000 pés. O café era plantado em sementes ou mudas alinhadas e precisavam de vistorias regulares, senão o plantio do café era afetado pelo capim e as ervinhas daninhas. A colheita começava após quatro anos do plantio e depois lavavam para retirar as cascas e películas. Após ser lavado, o café era colocado ao ar livre para secar, quando secava era beneficiado para a melhoria e classificação do produto. Nas fazendas pequenas pilões de madeira descascavam.

Os subsídios proporcionaram uma elasticidade de mão de obra aliada a uma fartura de terras para plantação proporcionaram sucesso nessa política, ainda se destaca um enfraquecimento da produção cafeeira fora do Brasil como destaca Vignoli et al.(2003) explicando que a oferta brasileira andava bem e isso ocasionou

uma diminuição da oferta mundial provocando uma pressão altista nos preços o que estimularia ainda mais a produção brasileira.

Na Tabela 3 pode-se observar o movimento migratório relacionado com a produção de sacas do café.

Tabela 3 - Produção cafeeira e imigração (1880 - 1897)

Ano	Produção de Café ¹	Nº de imigrantes
1880	5.783	22.520
1881	5.691	23.766
1882	6.852	24.306
1883	5.166	25.449
1884	6.492	29.935
1885	5.770	35.688
1886	6.320	56.606
1887	3.165	64.818
1888	6.925	79.224
1889	4.405	115.879
1890	5.525	121.927
1891	7.695	122.238
1892	6.535	121.245
1893	5.040	133.274
1894	7.232	121.548
1895	6.005	133.580
1896	9.315	122.241
1897	11.210	120.970
Total	R\$ 115.126,00	1.475.214

Fonte: Departamento Nacional do Café – Anuário Estatístico, 1938, e Secretaria de Agricultura de São Paulo, Relatório, vários anos. (1) Em milhares de sacas de 60kg.

De acordo com a Tabela 3 observa-se que entre os anos de 1888 a 1897 houve um aumento considerável da imigração aliada com o aumento da produção de café acarretando assim em uma política de incentivos a migração acertada.

A mão de obra escrava moldou a colônia brasileira, sendo o Brasil o maior importador de escravos, os escravos eram úteis pois, dada a sua força e vitalidade, ajudavam em trabalhos mais pesados e também serviam como uma espécie de proteção contra as diversas invasões que ocorriam na colônia. O Brasil foi o último país do ocidente a abolir a escravidão através da Lei Áurea, acarretando em um

incentivo por parte do império na vinda de imigrantes iniciando assim, a miscigenação da população brasileira.

2.3 ASSIMILAÇÃO MERCADOLÓGICA DO CAFÉ

O café se tornou o produto brasileiro de maior importância, porém foi no século XVIII que a demanda pelo grão teve aumento expressivo ocasionando a alta dos preços, conforme reitera Furtado (2016, pg 168):

O café, se bem que tivesse sido introduzido no Brasil desde o começo do século XVIII e se cultivasse para toda parte para fins de consumo local, assume importância comercial no fim desse século, quando ocorre a alta de preços causada desorganização do grande produtor que era a colônia francesa do Haiti.

A terra para plantio era farta e existia a possibilidade de dispor de recursos ociosos na mineração, tanto em homens quanto em mulas para carga, que se deslocaram para a cafeicultura nascente. A agroindústria açucareira da região nordestina, ao passar por uma fase crítica de estagnação, viabilizou a liberação de grande parte da mão de obra, cuja procura aumentava gradativamente nas regiões cultivadas de café. É importante lembrar a afirmação de Furtado (1981, p. 97), “que além da migração interna, foi intensificado também o tráfico de escravos da África”

Com o avanço das plantações e o grão caindo no gosto de europeus e americanos o café logo se tornou o principal produto exportado pelo país tendo em vista que a queda nas exportações do algodão, açúcar e cacau corroborou para sua ascensão.

Segundo Holloway (1978) foi, então, na quarta década do século XIX, que o setor cafeeiro superou o açucareiro e foi considerado o produto mais importante de exportação do Brasil. Em Londres, o café foi tão apreciado que surgiram as famosas *coffe-houses*, ponto de encontro de grandes comerciantes locais, banqueiros, políticos e intelectuais. Em países como a Alemanha o café foi bastante exaltado como bebida e chegou até a ser tema de músicas onde eram exaltadas as qualidades da especiaria (MARTINS, 2009).

Seguindo em linha com a explanação de Holloway, Celso Furtado (2016) concorda com o pensamento demonstrando que no primeiro decênio da independência o café contribuía nas exportações brasileiras com 18% e nos dois

decênios posteriores com mais de 40% das exportações brasileiras se tornando o principal produto na pauta exportadora.

Na Tabela 4 é possível dimensionar o volume exportado entre os períodos de 1821 a 1890.

Tabela 4 - Volume exportado entre os períodos de 1821 a 1890

Período	Vol. Export (mil sacas)	Preço (libras p/saca)	Receita da exportação (mil libras)
1821-1830	3.178	2,26	36.792
1831-1840	9.744	2,21	49.214
1841-1850	16.677	1,39	52.690
1851-1860	26.252	1,89	102.019
1861-1870	28.977	2,35	149.471
1871-1880	36.341	3,1	199.391
1881-1890	53.326	2,53	219.735

Fonte: Furtado (2000)

De acordo com a Tabela 4 observa-se que o número de sacas exportadas teve aumentos lineares consecutivos representando um aumento de 1577% entre 1821 à 1890, observando-se assim uma aceitação do mercado ao produto.

Furtado (2000) então define que a combinação do interesse político, terra, capital, trabalho e demanda fez com que o café fosse responsável por comandar econômica e politicamente um longo período no Brasil, principalmente no sudeste onde o clima era mais propício para o cultivo do café e a rápida expansão trouxe uma concentração abundante de mão de obra após a abolição.

Em 1808, a Corte Portuguesa transferiu-se para o Brasil, e isso foi fundamental para a propagação da cultura do café, pois assim era financiada em terras brasileiras uma nova sede do Império Português. Economicamente, abriam-se os portos para o comércio internacional liberando assim as atividades industriais. E foi através do café que o Brasil abriu suas portas para o comércio internacional. Martins (2008) enfatiza que houve uma transformação radical no país até então controlado fortemente pela Coroa Portuguesa através da abertura dos portos. Com essa abertura estrangeiros de todas as nacionalidades passaram a observar com mais afinco o país.

A abertura dos portos foi essencial para o aumento de exportações conforme destaca (FURTADO, 1981, p. 97)

[...] o consumo internacional aumentou substancialmente fazendo com que a demanda pelo produto fosse maior e conseqüentemente um aumento de produção, a produção brasileira cresceu em torno de 206% nos anos de 1820 a 1840 e mesmo quando ocorria uma queda nos preços internacionais, essa era suprida por uma adição nas quantidades exportadas equilibrando a receita.

A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil foi importante para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, pois antes desse acontecimento o país era apenas uma colônia de Portugal não conseguindo negociar com nenhuma outra nação, então quando Dom João VI desembarcou em terras brasileiras sua primeira medida foi de abrir os portos para o comércio internacional trazendo assim um importante marco na economia brasileira.

2.4 INCENTIVOS À PRODUÇÃO DO CAFÉ NO BRASIL COLÔNIA

Os mineradores foram os principais incentivadores de capital na produção do café, pois contavam com ferramentas e escravos ociosos que agora poderiam ser empregados na plantação do café, primeiramente no Rio de Janeiro e São Paulo em seguida Minas Gerais, tropeiros e atacadistas urbanos passaram a se interessar por investir na lavoura cafeeira. Começou então a se formar as bases para o início da cafeicultura brasileira.

A economia brasileira, tipicamente agrária e de ciclos econômicos que em cada momento, teve seu auge e seu declínio não desaparecendo por completo, acabou deixando sua marca nos períodos posteriores, inserindo-se assim, na reprodução das novas relações sociais e no novo espaço constituído (FURTADO, 2004). Neste momento houve a instalação de um rudimentar sistema administrativo, a criação de um banco nacional e umas poucas outras iniciativas governamentais constituíam ao lado da preservação da unidade nacional, o resultado líquido desse longo período de dificuldades.

A força cafeeira no Sudeste também explica a origem de um termo que é conhecido entre 1889 e 1930 como uma das práticas que mais moldaram a política no Brasil. A política do 'café com leite' advém da influência de duas grandes oligarquias estaduais brasileiras: São Paulo com o café e Minas Gerais com o leite, descrevendo de uma maneira simples a estrutura política da República Velha, a fim de contornar uma manobra do governo de Marechal Deodoro (1889 a 1891). Cada

oligarquia da aliança rural era responsável por um mandato da presidência da República, ora paulista, ora mineiro (MARTINS FILHO, 1981).

Com isso se estabelece uma hierarquia de poder que não dependeria de apoio do governo federal favorecendo assim apenas os presidentes das regiões correspondentes.

A política do 'café com leite' ocupa um período importante para o Brasil, inclusive trouxe mudanças significativas no âmbito político. Com o golpe militar no dia 15 de novembro de 1889, Dom Pedro II, até então imperador do Brasil, foi deposto e a República Federativa do Brasil foi proclamada, dando início à fase da República Velha – ou República Oligárquica, como alguns autores preferem nomear. Características norteadoras do período podem ser destacadas, como o presidencialismo, o federalismo e as eleições diretas para cargos públicos (FURTADO, 2000).

De acordo com Visconde de Ouro Preto (1986), com a queda do imperador Dom Pedro II o governo brasileiro foi dominado por militares e também uma elite oligárquica paulista, que se tornariam os grandes dirigentes do país. Na época existia uma relação muito estreita entre os responsáveis por governar o país e os cafeicultores paulistas, onde ambos se apoiavam para se manterem no poder, fazendo uso inclusive do “voto de cabresto” por parte dos coronéis regionais.

O voto de cabresto fazia parte de um pacto chamado Política dos Governadores sendo a precursora da política do café com leite, onde o governo federal apoiava os governos estaduais em quaisquer assuntos e em troca os coronéis dos estados manipulavam a população a fim de inibir a influência da oposição em momentos eleitorais (JANOTTI, 1992).

A fase em que os militares ocuparam a liderança política do país também ficou conhecida como a República da Espada. Com a derrubada do governo monárquico foi constituído um governo provisório chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca que governou até 1889.

As consequências da especulação na Bolsa, a abertura do crédito e a alta quantidade de papel moeda emitido no país gerou um grave processo inflacionário que afetou drasticamente a economia, inclusive afetando a produção cafeeira (NEY, 2004).

Com a situação delicada do país, o então presidente Campos Sales (1889 a 1898) se depara com a oportunidade de um *funding* de bancos londrinos, a fim de

tentar salvar a economia brasileira. Para realizar tal manobra, o presidente paulista buscou apoio da oligarquia mineira, que detinha o poder econômico graças à produção de leite além de possuir uma importante bancada na assembleia.

O governo estadual de Minas Gerais aceitou apoiar o presidente paulista em troca de uma alternância no poder, ambos assim usufruindo das vantagens econômicas, estabilizando temporariamente a economia e dando início à política do café com leite (CAMPOS SALES, 1998).

Em virtude de manobras provenientes do governo militar juntamente com a elite paulista principalmente quanto ao estímulo de produção, começava e se observar o início do declínio de sua produção em virtude de uma diminuição da demanda do mercado externo.

Após um período de inúmeras alternâncias de poder entre as oligarquias paulista e mineira, mais uma série de mudanças econômicas e políticas aconteceriam no Brasil por volta de 1930. A política café com leite acabou dando força ao federalismo no final da República Oligárquica, (ABRUCIO 1998).

Pode-se observar que o mercado brasileiro funcionava em torno da produção cafeeira, desde o império até a chegada dos militares ao poder, o café sempre determinou as políticas que viriam a serem adotadas.

2.5 DECLÍNIO DO CICLO

A instabilidade do café teve seu início anos antes da efetivação do Convênio de Taubaté, durante o governo de Rodrigues Alves (1902 a 1906), onde é considerada por Carone (1969) uma maneira de adiar o inadiável: a quebra do ciclo do café. Tomando como ponto de partida não somente a crise de 1929, mas sim todos os desdobramentos que geraram um desgaste do sistema econômico em que o Brasil se encontrava, é possível realizar uma análise sobre os últimos momentos de prosperidade de um produto que foi base para a economia de nosso país.

O sistema, portanto, por maior que fosse o seu êxito e em curto prazo, continha em si mesmo a contradição que o acabaria liquidando pois em breve haveria uma superprodução incontrolável do café e seria impossível repetir-se a operação com êxito (DELFIM NETTO, 1959).

Após o governo brasileiro passar anos na alternância de poder entre as oligarquias mineiras e paulistas, e tendo o café como grande propulsor da economia, nas primeiras décadas do século XX o ordenamento global como era conhecido

começa a apontar sinais de desequilíbrio, tanto econômico como político dando indícios de uma quebra do ciclo do café.

A Europa era a grande potência na época e países e os Estados Unidos da América alavancaram sua produção e tiveram papel importante como fornecedor de suprimentos para os países europeus que estavam preocupados, especialmente, com a violência organizada e armada.

Pelo viés latino americano, o Brasil, que mantinha suas elevadas taxas de exportação de café e dependia deste produto para o desenvolvimento de sua economia, que chegou a representar 70% das exportações brasileiras na década de 1920, se deparou com uma situação inesperada: a queda do fluxo de demanda europeia por conta da guerra (FRITSCH, 1993).

O comércio internacional se desorganizou e o preço dos grãos caiu rapidamente, trazendo prejuízo aos produtores locais. No entanto, a situação de crise se transformou em oportunidade para que o setor cafeeiro, principalmente em Minas e São Paulo, buscasse a modernização na produção e melhores formas de escoamento.

No momento em que há uma baixa no preço do café pelo excesso de oferta e escassez de demanda, o governo então regido pelo mineiro Venceslau Brás Pereira Gomes (1914 a 1918) adota políticas paternalistas e elabora medidas de defesa do café como a compra e queima de milhões de sacas a fim de valorizá-lo e evitar a quebra das oligarquias mais poderosas do país (FRITSCH, 1993).

Em meados de 1918 o conflito europeu é amenizado, afastando o Sistema Internacional do estado de alerta que ficara durante anos. Com o final da Grande Guerra, a Europa passou a adquirir um papel protecionista e recessivo, com o objetivo de reestruturar suas economias e estabilizar novamente seu câmbio.

Concomitante com a recessão europeia, os Estados Unidos da América, que se encontrava em uma vertiginosa expansão produtiva, que inclusive gerou o conceito '*americanway of life*', perderam sua essência estável e iniciou-se então um processo de superprodução em sua economia (ARTHMAN, 2002).

Um dos grandes medos que assolaram a Europa na época foi o do desemprego. O argumento especulativo do desemprego elaborado pelo governo de Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa (1919 a 1922), fez com que uma manobra fosse tomada no Brasil: uma forte política econômica expansionista, onde o governo passou a liberar créditos, iniciando uma série de projetos infra estruturais.

Observam-se então três situações acontecendo simultaneamente: a superprodução americana, a recessão europeia e o expansionismo brasileiro. O projeto expansionista, que continha em seus relatórios quantias exorbitantes de investimento, não contava com a inversão do preço das commodities ao redor do mundo, fato este que afetou diretamente o pilar da economia brasileira: o café (FRITSCH, 1993).

O desequilíbrio na balança de pagamentos brasileira devido à ausência de investidores estrangeiros e a queda do preço do café fizeram com que o Brasil adotasse medidas regularizadoras.

Ao final do governo de Epitácio, em 1922, o cenário de negatividade do balanço de pagamentos é revertido por conta das decisões de financiamento do déficit, mas por outro lado o setor fiscal brasileiro se encontra desequilibrado (FRITSCH, 1993).

Posteriormente, a entrada de um presidente mineiro marcou o fim de uma era organizacional que regeu durante décadas o governo brasileiro. Subindo ao poder Artur da Silva Bernardes (1922 a 1926), juntamente com uma série de elitistas paulistas, duas importantes decisões seriam tomadas, tendo esta passagem um viés doméstico e com pouco enfoque no internacional.

No mandato anterior, apesar da demanda do café estar em baixa, sua produção foi mantida nos mesmos níveis devido às decisões de defesa tomadas na época, causando assim uma crescente bolha financeira. Com a entrada de elitistas paulistas no governo, as medidas de defesa do café foram catalisadas, onde a imagem paternalista do Brasil raramente trouxe bons frutos relevantes para o país – não sendo diferente neste momento (DELFIN NETTO, 1971).

Por não haver outra maneira de cortar a explosão da bolha financeira que havia sido criada, o governo decide ser o grande comprador de café brasileiro. O Banco do Brasil que detinha funções de Banco Central, ainda não criado virou o grande financiador do governo, possibilitando assim a compra e o estoque de todas as safras excessivas produzidas, para equilibrar o preço do produto e evitar uma crise econômica no país (FRITSCH, 1993).

Neste contexto observa-se uma movimentação artificial suprimindo uma demanda que não existia em benefício dos produtores inflando ainda mais a bolha em que o Brasil havia se inserido.

Apesar da intenção acolhedora do governo ter uma conotação solidária e pouco liberal, o Brasil por si só não foi capaz de manter o alto investimento que estava sendo realizado, tendo assim que se voltar para sua grande aliada e exploradora há anos: a Inglaterra. Assim como na época do Encilhamento, o Brasil se encontrava em um beco financeiro sem saída, onde sua única opção era pedir financiamento britânico para manter suas medidas paternalistas (FURTADO, 2000).

No ano de 1924 a Inglaterra – como a Europa em geral – já estava próxima à completa restauração de suas engrenagens econômicas, fiscais e cambiais, possibilitando assim a concessão do empréstimo para o Brasil, mas com uma condição: que a tal política permanente de defesa do café fosse extinta. O presidente mineiro Artur Bernardes se viu em uma encruzilhada: enfrentar os graves problemas da economia brasileira ao recusar a condição britânica ou entrar em confronto com as oligarquias paulistas e seus interesses vitalícios no café.

Bernardes, em uma atitude autocrática, aceita a oferta da Inglaterra e mantém o equilíbrio, mesmo que artificial, da produção cafeeira no Brasil, em detrimento de uma fragilização do acordo entre paulistas e mineiros devido à eliminação da defesa do café. A então conhecida política do café com leite deu seus últimos suspiros, juntamente com a política dos governadores, no momento em que o presidente expulsa todos os altos cargos paulistas da máquina do Estado e prioriza não mais um acordo interestadual, mas sim a saúde da economia brasileira (FAUSTO, 1989).

A aproximação da próxima fase de mudanças da influência do café na economia brasileira tem início na passagem do governo de Artur Bernardes para o governo de Washington Luis Pereira de Sousa (1926 a 1930), período onde inúmeras outras mudanças aconteceriam na economia mundial.

Durante o início de seu governo, as regiões mais relevantes no cenário internacional se encontravam em outro panorama: os Estados Unidos mantinham sua superprodução e a implosão de uma bolha especulativa estava prestes a acontecer, enquanto a Europa estava praticamente reconstruída e voltando aos seus índices anteriores de industrialização e comércio, para o alívio dos cafeicultores brasileiros, e o Brasil encarando uma fase de equilíbrio na sua economia (GALBRAITH, 1972).

O período de equilíbrio não durou muito, pois devido à superprodução industrial americana, acontecimento semelhante à superprodução agrícola brasileira,

a estocagem dos produtos deixou de ser uma alternativa a ser considerada, iniciando uma crise industrial.

O início de todo o caos da tão falada Grande Depressão se deu por conta da especulação de queda do valor das ações dessas indústrias na Bolsa de Valores de Nova York, onde milhões de americanos que tinham investimentos correram para vendê-los (GALBRAITH, 1972).

A crise especulativa que gerou a quebra da maior bolsa de valores do mundo afetou todos os países economicamente ativos, principalmente o Brasil que dependia relevantemente da exportação de café para os Estados Unidos da América.

Iniciou-se então mais um movimento de desvalorização monetária e queda de demanda do café brasileiro, desta vez controlados por uma atitude simbólica e efetiva do governo, que consistiu em não mais comprar e estocar as safras, mas sim queimá-las. A medida tomada pelo governo brasileiro manteve o preço do café e compensou a queda de exportação, mas ao mesmo tempo aumentou a dívida externa brasileira e manteve o padrão paternalista do governo (FURTADO, 2000).

A partir dos pontos destacados e a interação entre o café e o governo brasileiro, é possível realizar um balanço deste período. Com um conjunto de fatores responsáveis pela alavancagem do ciclo do café no século XIX. Responsável por mudanças relevantes para o Brasil, o café influenciou não somente as exportações brasileiras, mas também ajudou no equilíbrio da balança comercial e comandou o desenho político durante décadas. A participação do café na balança brasileira alcançou altíssimos níveis de participação nas exportações, exemplificando assim quão importante era sua presença para o desenvolvimento do país.

3 INFLUÊNCIA DO CAFÉ NA INDUSTRIALIZAÇÃO DO PAÍS

O presente capítulo pretende examinar como o café influenciou na industrialização do Brasil. Este processo de industrialização foi singular pelo motivo de ter sido tardio e não cursou todos os passos da industrialização que ocorreu na Inglaterra por exemplo.

A passagem de um estado de atividade agrícola para fabril, se deu de forma rápida, utilizando-se das modernas máquinas à eletricidade ou à combustão, importadas da Europa, tudo isso financiados com capital advindo da produção do café.

3.1 CAFÉ COMO PRINCIPAL ITEM DE EXPORTAÇÃO

Enquanto colônia de Portugal, o Brasil não teve praticamente desenvolvimento industrial. Portugal impedia a criação de fábricas no território, com o objetivo de fazer com que o país consumisse apenas produtos manufaturados portugueses focando apenas em produção agrícola, principalmente o café, entretanto devido ao capital oriundo dessa produção o Brasil começou seu processo de industrialização como destaca Catelli (1992, p.46-47):

A economia cafeeira desempenhou um papel importante para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Foi, portanto, a partir do surgimento desse complexo cafeeiro investido de enorme poder e capital que abriram brechas para o desenvolvimento industrial: do capital acumulado na cafeicultura seria possível fomentar a indústria (...). No entanto, o crescimento desta, “estava sempre condicionado ao vaivém da economia do café.

Sendo assim é possível constatar que a produção cafeeira é determinante para o desenvolvimento industrial do país por motivos de infraestrutura, pois a movimentação do grão pelo país fez com que surgisse novas estradas e principalmente pelo capital financeiro que a produção gerou.

Furtado (1976) diz inicialmente, que os países que se especializaram em exportação de produtos primários, ou seja, naqueles países em que se teve um aumento de produtividade como efeito da expansão da demanda mundial de matérias primas, a evolução das estruturas produtivas, especialmente o processo de industrialização, demonstra peculiaridades, cujo exame constitui-se um dos aspectos mais importantes da teoria econômica do subdesenvolvimento.

O aumento da produtividade e do poder de compra da população, ocasionaram mudanças no perfil da demanda global, no sentido de sua diversificação, gerando um acréscimo mais do que proporcional da procura de produtos manufaturados. Complementa Brum (1996), que o desenvolvimento industrial acelerou a projeção da burguesia e aumentou o crescimento das camadas medianas urbanas e populares, modificando a estrutura das classes sociais, e fazendo, posteriormente, que emergissem novos interesses.

Assim, percebe-se que o desenvolvimento da industrialização no Brasil ocorre desde, aproximadamente, o século XIX. Inicia-se como um setor industrial muito simples, subsidiário à principal atividade econômica, qual seja, a produção de café para exportação e peculiar do período que vai até o fim da década de 1920, período este que passou por uma fase bastante rápida de industrialização, por meio da substituição de importações. Portanto, entre 1930 até 1950, finalmente transforma-se no setor industrial e integrado, considerado cada vez mais aberto ao comércio exterior por intermédio da promoção das exportações relativas à manufaturados. (SUZIGAN, 1984).

A partir de 1880 inicia-se o que se pode considerar como a primeira fase da indústria no Brasil, com o surgimento da indústria têxtil. Em 1907, existiam somente em São Paulo 326 instalações industriais. Até 1933 a industrialização brasileira se caracterizou pela produção de bens de consumo assalariado produzindo principalmente tecidos.

Para bancar os custos inerentes do desenvolvimento industrial o capital advindo da produção cafeeira foi essencial para a implementação de um sistema industrial como demonstra Aureliano (1981), afirmando que é indiscutível que o capital industrial tenha surgido entre os anos de 1886 e 1897, em uma situação de expansão do primeiro ciclo longo do capital cafeeiro, porém, como se sabe, nasce apenas um certo tipo de indústria, ou seja, aquela de bens de consumo assalariado.

A dependência do café influenciou a economia brasileira, mostrando um país exportador agrário e importador industrial, Rezende (1999) corrobora com esta visão elucidando que até 1929, o país nada mais era do que um exportador de commodities e importador de produtos industrializados. O modelo agrário se desenhou pela venda de matérias primas e gêneros tropicais aos países capitalistas e compra de produtos industrializados. Esse modelo agrário exportador viria a falir em 1929 com a quebra da bolsa de valores de Nova York, na medida em que no

meio da crise, os Estados Unidos diminuíram as importações do café brasileiro reduzindo o valor da saca de 200 mil réis para 21 mil réis.

3.2 A CRISE DE 29 E SUAS IMPLICAÇÕES

A Grande Depressão, como ficou conhecida a crise de 29, impactou o Brasil muito por conta dos Estados Unidos, que foi um dos mais afetados e era um dos maiores compradores do café brasileiro. Com a crise houve uma significativa redução na importação do grão e por consequência os preços caíram. Para que não houvesse uma desvalorização excessiva o governo começou a se voltar para um crescimento interno e chegou a queimar toneladas de café para evitar sua desvalorização diminuindo sua oferta. Porém, por outro lado houve benefícios para a economia brasileira pois, agricultores começaram a investir no setor industrial, alavancando assim a indústria brasileira.

De acordo com Resende (1999) a crise de 29 impactou o país como um todo, entre dezembro de 1929 a março de 1930, 579 fábricas brasileiras fecharam suas portas por falta de demanda e o índice de desemprego atingiu a cifra de dois milhões de pessoas, enquanto os salários reais declinavam em média 45% no setor urbano e 53% no rural. É possível verificar a queda nas exportações do café na Tabela 5.

Tabela 5 - Exportações de café

Período	Exportação em toneladas
1926 a 1930	5,4 milhões
1931 a 1935	3,8 milhões

Fonte: Elaborada pelo autor com base em PRADO JUNIOR (2006)

De acordo com a Tabela 05 é possível perceber que após o ano de 1930 houve uma queda acentuada de 29,6% da exportação do grão de café persistindo até 1935.

No Brasil, a depressão causou um impacto negativo sobre as exportações. Os valores sofreram uma queda de US\$ 445,9 milhões em 1929 para US\$ 180,6 milhões em 1932 (BAER, 1995).

O preço do café atingiu um terço do preço que alcançara entre 1925 e 1929 e as relações de troca do país caíram em torno de 50%. Além da redução das receitas de exportação, a entrada do capital estrangeiro cessou quase por completo, o que obrigou o governo a tomar algumas medidas drásticas. Em 1931, houve a suspensão de parte dos pagamentos da dívida externa e o início de negociações para chegar a um acordo sobre sua consolidação.

Para Baer (1995), o Brasil também foi o primeiro país da América Latina a introduzir o controle de câmbio e outros controles diretos que, combinados com a desvalorização da moeda que aumentava o custo das importações, geraram uma queda no valor das importações de US\$ 416 milhões, em 1929, para US\$ 108,1 milhões.

É nesse cenário de crise que assume ao poder Getúlio Vargas através da Revolução de 1930, inaugurando o que se convencionou denominar de “Era Vargas”. No plano econômico, o então presidente Getúlio Vargas ainda na fase do Governo Provisório adotou soluções para acabar com a crise cafeeira, entretanto, como a economia ainda era embasada por concepções liberais em um primeiro momento seu governo tentou contrair o gasto público, o crédito e a emissão do papel moeda PIRES (2010).

Porém, devido à gravidade da crise, principalmente aos exportadores de produtos primários obrigou o governo a mudar de rumo adotando rapidamente uma política de defesa ao sistema cafeeiro, então a partir de 1933 inaugura-se uma nova fase da industrialização no Brasil, denominada de industrialização restringida. Restringida por que faltavam as bases técnicas (indústria de bens de produção) e financeiras (investimentos).

De acordo com a interpretação de Furtado (1982), a política de defesa do café deixou de sustentar-se, como vinha fazendo desde a Primeira República, em empréstimos externos, impossíveis agora de serem contratados em virtude da crise internacional. Sendo assim entre os anos de 1930 e 1934 o Governo Federal retirou de circulação mais de 50 milhões de sacas de café das quais 34 milhões foram destruídas o que impediu a falência do setor cafeeiro.

Apesar de restrições ao avanço da industrialização no Brasil, a Era Vargas foi marcada, principalmente a partir da implantação do Estado Novo por um modelo econômico intervencionista, caracterizado pela substituição das importações, isto é, restringiu as importações de bens de consumo não duráveis como bebidas e

alimentos ao tempo em que estimulava as importações de bens de produção, ou seja, maquinários e equipamentos, procurando assim, integrar o Brasil ao Capitalismo Mundial.

Esse período foi marcado por medidas nacionalistas como a criação da Lei Antitruste¹, os Atos contrários a Economia Nacional e a Lei sobre crimes contra a economia popular. Empresas estrangeiras foram nacionalizadas, principalmente as de extração mineral e marítimas.

Segundo Furtado (1982), a relativa sustentação da atividade econômica associada à crise cambial, decorrente da queda do valor das exportações e das fugas de capitais, contribuiu para a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento industrial.

A desvalorização da moeda proporcionou uma alta nos produtos, de um lado, as restrições às importações que acabaram protegendo a produção nacional da concorrência estrangeira e do outro, a relativa manutenção da demanda interna, que seria, em boa medida, desviada para o mercado interno, estimulando a produção interna de produtos manufaturados que foi a base principal da retomada da atividade econômica a partir de 1933. Ou seja, o estrangulamento externo estimulava a substituição de importações.

Segundo Furtado (1982), no entanto, a política econômica que se praticou no período não visava fomentar a indústria, mas responder aos interesses cafeeiros. Porém, contribuiu para recuperar de maneira relativamente rápida a economia e para mudar a estrutura econômica, ao deslocar seu eixo dinâmico do setor exportador para o mercado interno e iniciar o processo de industrialização por meio da substituição de importações.

Sendo assim, a demanda de produtos manufaturados aumentou em função da renda ocasionada pelas atividades ligadas ao mercado interno, e o seu nível manteve-se elevado por políticas macroeconômicas que expansionistas atuavam em defesa do setor exportador. A proteção industrial foi fornecida mediante desvalorizações cambiais e limitações não tarifárias às importações ocasionadas pela crise cambial. Foi através disso, que a industrialização avançou e substituiu as importações de bens de consumo não duráveis e de determinados bens intermediários.

¹ Lei Antitruste visa punir praticas anticompetitivas de empresas que usam o poder de mercado para restringir a produção e aumentar os preços eliminando assim a concorrência.

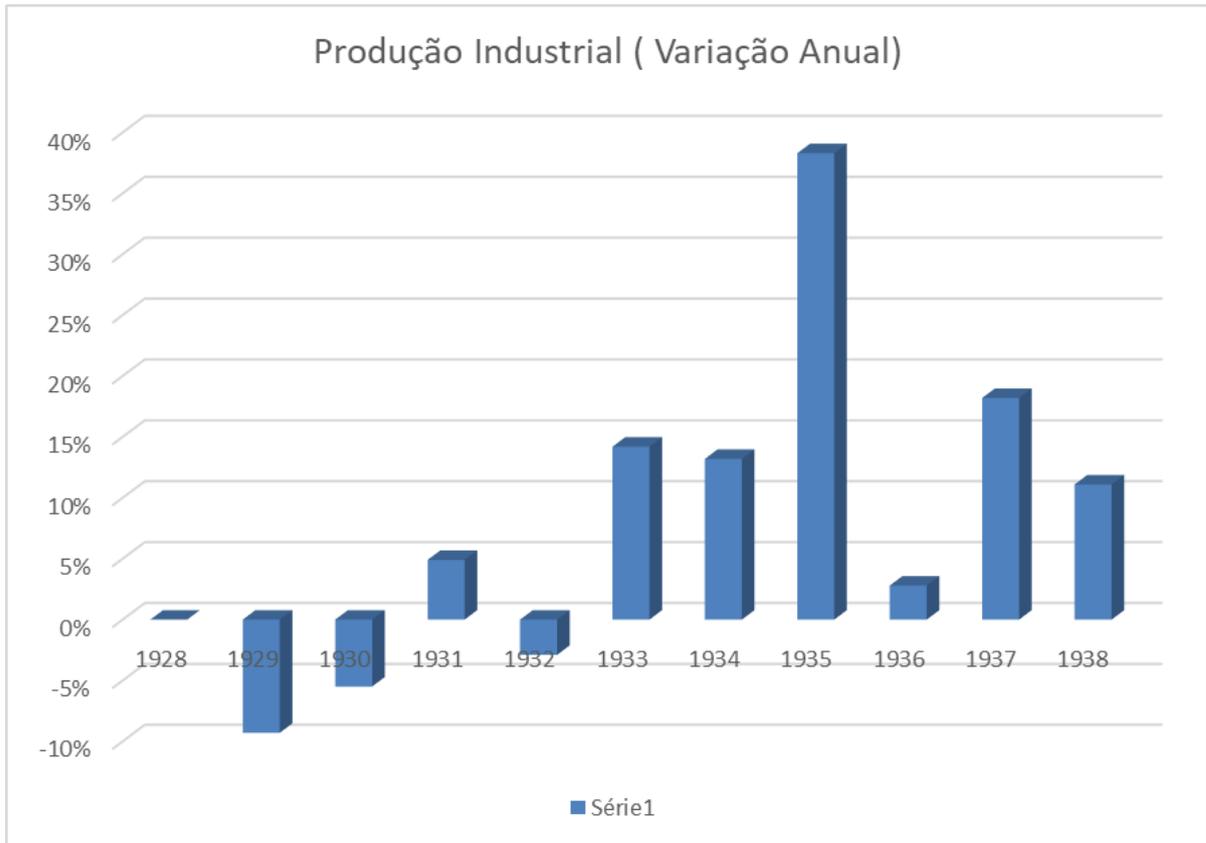
Posteriormente, na década de 1940, o Estado passou a investir diretamente em certas indústrias de bens intermediários, tais como a siderurgia e mineração e na produção de motores mais pesados. (SUZIGAN, 1988).

Neste sentido é possível observar que o Governo optou por defender o setor agroindustrial seja por meio do financiamento de estoques com empréstimos externos ou com expansão de crédito, como mecanismo de assegurar emprego e renda ao setor com representatividade na economia e assim conter os efeitos da crise. De acordo com Furtado (2003) a combinação do encarecimento brusco das importações (consequência da depreciação cambial), com a existência de capacidade ociosa em algumas das indústrias que trabalhavam para o mercado interno e ao fato de que já existia no país um pequeno núcleo de indústrias de bens de capital, explica a rápida ascensão da produção industrial, que passa a ser o fator dinâmico principal no processo de criação da renda.

Dessa forma, o governo passou a defender a política de substituição de importações, com o objetivo de importar máquinas e equipamentos necessários para o processo de industrialização brasileira, caracterizada pela manipulação da taxa de câmbio e o controle seletivo das importações.

O êxito do nacionalismo se reflete na criação da indústria pesada como a Companhia Siderúrgica Nacional, com a unidade de Volta Redonda em 1941 e também através da declaração do monopólio estatal do petróleo e a fundação da Petrobras. Na Figura 1 é possível verificar a dimensão da evolução da produção industrial.

Figura 1 - Evolução da produção industrial entre 1928 e 1938



Fonte: Elaboração do Autor com base em Furtado (2000)

A Figura 1 demonstra uma elevação na produção industrial o que se reflete na criação de novas empresas devido a maior intervenção do Estado na economia e muito em função da desvalorização internacional do café onde o capital oriundo era investido na criação de indústrias.

Suzigan (1984), mostra que os dados inerentes à produção industrial desde o início do século apresentam uma diferença bastante clara nas tendências de longo prazo antes e depois da depressão do ano de 1930. No primeiro período, a taxa de aumento foi moderada e as flutuações cíclicas foram demasiadamente frequentes e um tanto quanto bruscas, com muitos anos de taxas de crescimento negativas ou próximas de zero. No segundo período, essa taxa de aumento pulou para aproximadamente 9% e aconteceram flutuações cíclicas menores e, portanto, menos pronunciadas, salvo no período de estagnação entre os anos de 1963 e 1967.

A Grande Depressão de 1929 representou o teste mais difícil para a economia do país, com o agravamento da crise de superprodução do café,

porém ensejou a demonstração de sua capacidade de superação dos momentos mais críticos do seu desenvolvimento, pois adotou, a despeito da reprovação interna e externa, a política de destruição de estoques acumulados em razão da forte retração da demanda internacional. Tal política baseia-se na adoção de um keynesianismo pré-Keynes, que viria a revelar-se exitosa no combate à queda dos preços internacionais do café e na manutenção do nível de emprego interno.

Segundo Furtado (2000), a primeira vista parece um absurdo colher o produto para destruí-lo. Para induzir os produtores a não colher, os preços teriam que baixar muito mais, o que era parcialmente anulado pela depreciação da moeda. Como o que se tinha em vista era evitar que continuasse a baixa de preços, compreende-se que se retirasse do mercado parte do café colhido para destruí-lo. Obtinha-se dessa forma, o equilíbrio entre a oferta e a procura em nível mais elevado de preços.

A Tabela 6 dimensiona a quantidade de toneladas queimadas pelo governo brasileiro em comparação com a quantidade produzida.

Tabela 6 - Café Destruído pelo Governo Federal e Produção Nacional entre 1931 e 1945 em toneladas

Ano	Toneladas de café destruídas (A)	Quantidade Produzida de Café (B)	% de A sobre B
1931	169.547	1.301.670	13,03
1932	559.778	1.535.745	36,45
1933	821.221	1.776.600	46,22
1934	495.947	1.652.538	30,01
1935	101.587	1.135.872	8,94
1936	223.869	1.577.046	14,2
1937	1.031.786	1.460.959	70,62
1938	480.240	1.404.143	34,2
1939	211.192	1.157.031	18,25
1940	168.964	1.002.062	16,86
1941	205.370	961.552	21,36
1942	138.768	829.879	16,72
1943	76.459	921.934	8,29
1944	8.127	686.686	1,18
TOTAL	4.692.855	17.403.717	26,96

Fonte: Amaury Gremaud (2004) - pag. 362 - Economia Brasileira Contemporânea

A Tabela 6 demonstra um aumento substancial da quantidade de café queimado pelo governo, pode-se notar em especial no ano de 1937 onde tivemos um pico representando em torno de 70% do café produzido.

Outro ponto a ser destacado é a rápida recuperação e ascensão industrial com instalação de novas indústrias, esse fenômeno pode ser explicado por alguns fatores dentre eles a teoria dos choques adversos, a teoria dos choques adversos consiste em proteger a indústria nacional para suprir a escassez de importação em momentos de crise, como a de 1930, conforme explica Furtado (2003, p. 279).

O crescimento da procura de bens de capital, reflexo da expansão da produção para o mercado interno, e a forte elevação dos preços de importação desses bens, acarretada pela depreciação cambial, criaram condições propícias a uma instalação no país de uma indústria de bens de capital.

Sendo assim é possível afirmar que devido a crise de 1930 originada nos Estados Unidos, ocorreu uma política econômica voltada para o mercado interno, priorizando a indústria nacional e proporcionando uma rápida recuperação econômica brasileira.

Foi a partir de 1950, que o Estado passou a exercer um papel mais ativo com relação à estruturação do setor industrial. Primeiramente, na articulação existente entre o capital privado nacional, o capital estrangeiro e o próprio Estado. Para isso tornou-se importante a definição de uma estratégia geral de desenvolvimento (também chamado plano de metas), como também o estabelecimento destas últimas por meio de uma ação dos grupos executivos, que foram criados para a orientação e implantação de indústrias específicas.

Verifica-se que a proteção ao mercado interno foi substancialmente acrescida. Essa era fornecida por uma recente tarifa aduaneira, bastante protecionista, como também pela política cambial, mediante o controle do mercado cambial e de taxas cambiais diferenciadas, de acordo com o sistema de prioridades (SUZIGAN, 1988).

Porém, como a situação externa ainda continuava conturbada a política de substituição às importações passou a ser questionada visto um déficit alto na balança comercial. Foi criada então a instrução 70 da SUMOC outubro que 1953.

A instrução 70 criava taxas múltiplas de câmbio e os leilões de câmbio para substituir o controle direto de importações, vigente desde a crise de 1947. A Instrução 70 propunha um tratamento diferenciado para importações e exportações, e as primeiras eram classificadas em cinco categorias, definidas de acordo com a

essencialidade dos bens para o funcionamento do sistema produtivo. Esta política cambial fazia uma conciliação entre a proteção do setor industrial e o reforço das finanças do Estado para garantir o investimento na infraestrutura. (CAPUTO; MELO, 2009).

Como resultado, denota-se, então, que a estrutura industrial cresceu e incorporou segmentos da indústria pesada, da indústria de bens de consumo duráveis e da indústria de bens de capital, substituindo as importações concernentes a insumos básicos, máquinas e equipamentos, automóveis, dentre outros.

A partir da década de 1980, o chamado modelo do Estado Nacional Desenvolvimentista, que lançou as bases da industrialização no país com forte estatização da economia, foi lentamente de esgotando, nascendo a partir daí o Programa Nacional de Privatizações.

Paralisado pelas dívidas, o estado empenhou-se em transferir parte de seu trabalho produtivo à iniciativa privada, caracterizando a inserção do Brasil no modelo neoliberal da economia, a partir de 1990. Apesar da diversidade e complexidade, a indústria brasileira ainda é muito dependente da importação de bens de produção, insumos básicos e sobretudo, de tecnologia estrangeira (PIFFER, 2007).

A crise de 1929 mostrou a face quando atingiu amplamente a economia do Brasil, fazendo-se necessário um olhar sobre a inserção do país em relação ao seu modelo econômico. Um modelo baseado na exportação de produto primário, que naquele período tinha como principal foco o café. Nessas circunstâncias, a partir da produção cafeeira na República Velha, suas respectivas consequências ao modelo agroexportador e também após a crise de 1929 ficou mais evidente a influência do mercado do café na industrialização do país.

Na contemporaneidade torna-se relevante resgatar a formação socioeconômica do Brasil em relação a sua produção e a sua economia no intuito de entender sua dinâmica e implicações, principalmente, na industrialização e no próprio modelo de desenvolvimento que se adotou.

3.3 O CAFÉ NO SÉCULO XXI

Das divisas arrecadadas pelo Brasil com as exportações, o café já participou com mais de 80%, no século XXI representa em torno de 2,5%. No âmbito global, isso não significa perda de importância, pois o País é o maior produtor com

tendência de expandir a produção, além de ser o segundo maior consumidor do mundo em termos absolutos. Pode, ao mesmo tempo, contar com uma forte indústria cafeeira totalmente abastecida com matéria prima interna. O país é o maior exportador de café no mercado mundial e ocupa a segunda posição entre os países consumidores da bebida.

Conforme Funcafé (2007) a cadeia produtiva de café é responsável pela geração de mais de oito milhões de empregos no país, proporcionando renda, acesso à saúde e à educação para os trabalhadores e suas famílias. Em algumas regiões cafeeiras, programas de inclusão digital capacitam jovens e adultos, ensinando noções básicas de computação e acesso à internet.

No século XXI o café é relevante fonte de receita para centenas de municípios, além de ser um importante setor na criação de postos de trabalho na agropecuária nacional. Os expressivos desempenhos da exportação e do consumo interno conferem sustentabilidade econômica ao produtor e sua atividade.

De acordo com a ABIC (2009) o Brasil é responsável por um terço da produção mundial de café e é o maior produtor mundial, posto que ocupa a 150 anos como demonstra a Tabela 7, que dimensiona a força brasileira na exportação do café.

Tabela 7 - Exportação Mundial de Café (Principais países produtores, em mil sacas de 60kg)

Países	2015		2014		2013	
	Exportação	Part. (%)	Exportação	Part. (%)	Exportação	Part. (%)
Brasil	37.100	33,48	36.735	32,88	32.010	28,82
Vietnam	20.200	18,23	25.000	22,38	20.475	18,43
Colômbia	12.300	11,10	10.954	9,80	9.670	8,71
Índia	5.100	4,60	5.131	4,59	4.963	4,47
Indonésia	6.600	5,96	4.548	4,07	10.882	9,80
Honduras	5.000	4,51	4.261	3,81	4.185	3,77
Uganda	3.500	3,16	3.442	3,08	3.672	3,31
Etiópia	2.900	2,62	3.137	2,81	2.870	2,58
Guatemala	2.900	2,62	3.045	2,73	2.575	2,32
Peru	2.400	2,17	2.891	2,59	3.971	3,57
México	2.500	2,26	2.448	2,19	3.132	2,82
Nicaragua	1.900	1,71	1.900	1,70	1.661	1,50
Costa do Marfim	1.400	1,26	1.567	1,40	1.942	1,75
Costa Rica	1.100	0,99	1.212	1,08	1.344	1,21
El Salvador	430	0,39	430	0,38	1.103	0,99
Outros países	5.470	4,94	5.027	4,50	6.626	5,97
TOTAL	110.800	100,00	111.728	100,00	111.081	100,00

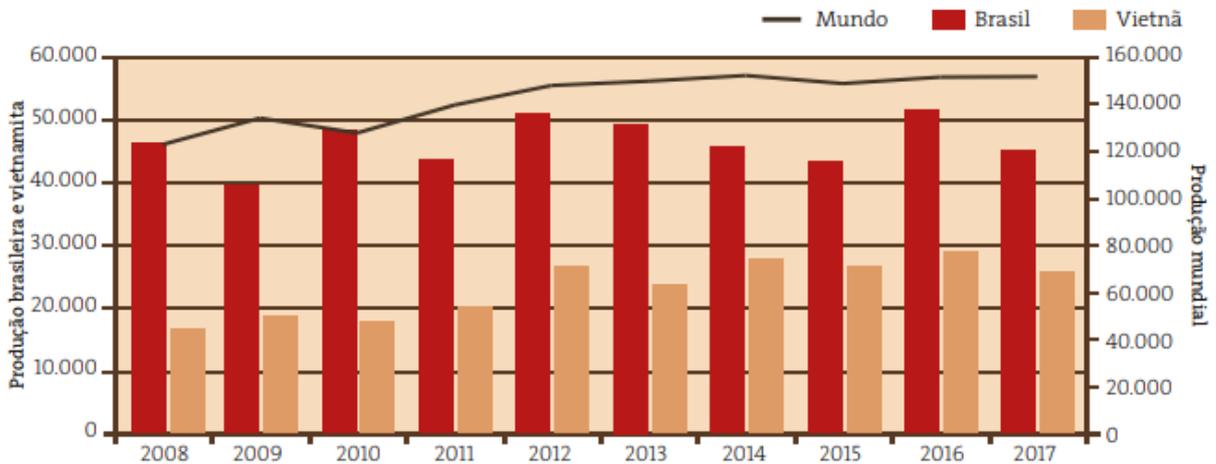
Fonte: ABIC 2018.

De acordo com a Tabela 7, observa-se que o Brasil representa uma participação mundial de 33% para o ano de 2015 com uma exportação de 37 milhões representando assim uma diferença de 83% em relação ao segundo colocado Vietnam no ano de 2015, demonstrando assim a força que o país representa como produtor mundial de café arábica.

Ocupando 17% do mercado, O Vietnam ultrapassou a Colômbia, e se tornou o segundo colocado na participação global de exportações de café. O país ocupa o primeiro lugar na produção de robusta e foi o grande responsável pelo aumento da taxa de crescimento desta variedade que hoje supera a taxa de crescimento do café arábica nas exportações (SAES; SCHNAIDER, 2011; MORAGADO, 2008).

Na Figura 2 é possível observar a evolução da produção do Vietnam em relação à sua produção.

Figura 2 - Comparativo entre produção do Brasil e Vietnã entre 2008 e 2017



Fonte: A Cultura do Café: análise dos custos de produção e da rentabilidade nos anos-safra 2008 a 2017, Conab.

A Figura 2 demonstra que a produção mundial aumentou 23,36% no período em estudo, ao se tomar os extremos da série, resultando numa média anual de crescimento de 2,3%. A produção brasileira mantém-se relativamente estável, e a vietnamita tende a aumentar, pois sua taxa média de crescimento no período foi de 5,5% ao ano.

De acordo Neto (2016), com a estabilização da produção brasileira tem relação com o decréscimo da área cultivada de café. É notório que esse comportamento ocorra em função do ganho de produtividade que os produtores têm alcançado por meio da aplicação de novas tecnologias nessa cultura, com o uso de novas variedades, adubação adequada, irrigação, entre outros.

Sendo assim, o Brasil continua como líder na produção mundial com relevância nas exportações cafeeiras, porém o Vietnã que vem em uma tendência de alta e que está desenvolvendo seus meios de produção aliado a uma baixa dos custos ameaça a hegemonia brasileira.

4 IMPACTO DA EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉ NA BALANÇA COMERCIAL

Nas décadas de 1960 e 1970, o Brasil vivia processos de industrialização, urbanização e de crescimento econômico, entretanto, não encontravam correspondência no setor agrícola do país, caracterizado por baixa produtividade. Parte considerável do abastecimento interno de alimentos provinha das importações. Por falta de tecnologia adaptada à produção tropical, os cerrados eram áreas marginais na produção agrícola. A migração rural-urbana se intensificava de maneira rápida, fruto da pobreza rural nacional.

Com o intuito de garantir segurança alimentar à população (crescentemente urbana) e reduzir os preços dos alimentos, o governo instituiu políticas para aumentar a produção e a produtividade agrícola, incluindo investimentos públicos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), extensão rural e crédito rural subsidiado (CHADDAD, 2016). Além disso, os produtores rurais, com determinação para assumir riscos e empreender, tiveram papel preponderante para que o setor agrícola brasileiro experimentasse rápido desenvolvimento, tendo sido também importantes as diversas formas de organização dos produtores e das cadeias produtivas.

Em 2016, o agronegócio como um todo representou 23,6% do PIB e foi responsável por 45,9% do valor das exportações, gerando um saldo comercial de US\$ 71 bilhões. No mesmo ano, esse setor foi responsável por 19 milhões de pessoas ocupadas, o que representou quase metade (9,09 milhões) dos trabalhadores no segmento primário. A agroindústria e serviços empregaram, respectivamente, 4,12 milhões e 5,67 milhões de pessoas, enquanto 227,9 mil pessoas estavam ocupadas no segmento de insumos do agronegócio (BARROS et al., 2017).

Portanto, os números supracitados reforçam a importância do agronegócio para a economia brasileira, pois, além do seu efeito multiplicador de renda e emprego, conforme abordado por Barros et al. (2017), o setor tem contribuído para os resultados macroeconômicos do país, por meio de seu faturamento e do saldo positivo na balança comercial que, em muitos anos, tem mais que compensado o saldo negativo na balança comercial dos demais setores.

O objetivo desse capítulo é demonstrar através de dados e estatísticas como a agricultura brasileira através das commodities, com foco no café, contribuem para a economia e seu impacto na balança comercial.

4.1 COMMODITIES BRASILEIRAS

Entende-se por commodities aqueles produtos genéricos que não apresentam transformações, circunscrevendo-se as matérias primas. Esses bens primários não apresentam diferenças na estrutura de produção, possuem uma comercialização genérica e sem marca específica que agrega valor ao produto.

A commodity, por definição, é uma mercadoria padronizada e de pouco valor agregado, produzido por diferentes produtores e comercializada em nível mundial, onde oferta e demanda são praticamente inelásticos no curto prazo e cujos preços são definidos pelo mercado financeiro (WILLIAMSON, 1989; SANDRONI, 1994; MATIAS et al., 2005).

Destaca-se que existem diferentes variedades de commodities nem todas são agrícolas, algumas são produtos comercializados que possuem características homogêneas, ou seja, produtos uniformes. Como alguns exemplos de commodities não agrícolas temos o petróleo, ouro e o minério de ferro, que são commodities minerais.

Esses produtos têm uma característica em comum com os agrícolas: eles não passam por processos de industrialização. Também existe algumas commodities que passam por processo de industrialização, como é o caso do papel *kraft*, que é produzido através da mistura de inúmeras fibras de celulose adquiridas na polpa de madeiras. Além das commodities agrícolas e minerais, existem as commodities financeiras como os títulos públicos do governo federal, o real, o dólar, o euro e a libra e também as commodities ambientais como a água, a madeira e os créditos de carbono (ROCHA; PEREIRA; MARTIN, 2018).

Nesse sentido é possível afirmar que as commodities são caracterizadas pela comercialização sem marca, a granel e com pouco grau de processamento, não apresentando diferencial qualitativo para os compradores mundiais.

Relacionada a essas características, o problema mais visível são as bruscas flutuações de preço que ocorrem, geralmente em curtos períodos de tempo em decorrência de fatores climáticos e mercadológicos, resultando de acordo com

Oliveira e Aguiar (2003), em uma incerteza de renda dos seus integrantes, como agroindústrias processadoras de commodities, atacadistas, armazenadores e os agricultores.

Apesar dos problemas mencionados, o Brasil é referência mundial como produtor de commodities agrícolas, tendo papel importante na economia, exportando principalmente soja, açúcar e café contribuindo para a criação de empregos e geração de renda no país.

4.2 EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS COMMODITIES NA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA

A partir da década de 1990, as políticas macroeconômicas de estabilização como o controle da inflação, câmbio mais realista e as maiores demandas interna e internacional são explicações para o crescimento do setor agrícola, que passou a ser o principal responsável pelo superávit da balança comercial brasileira.

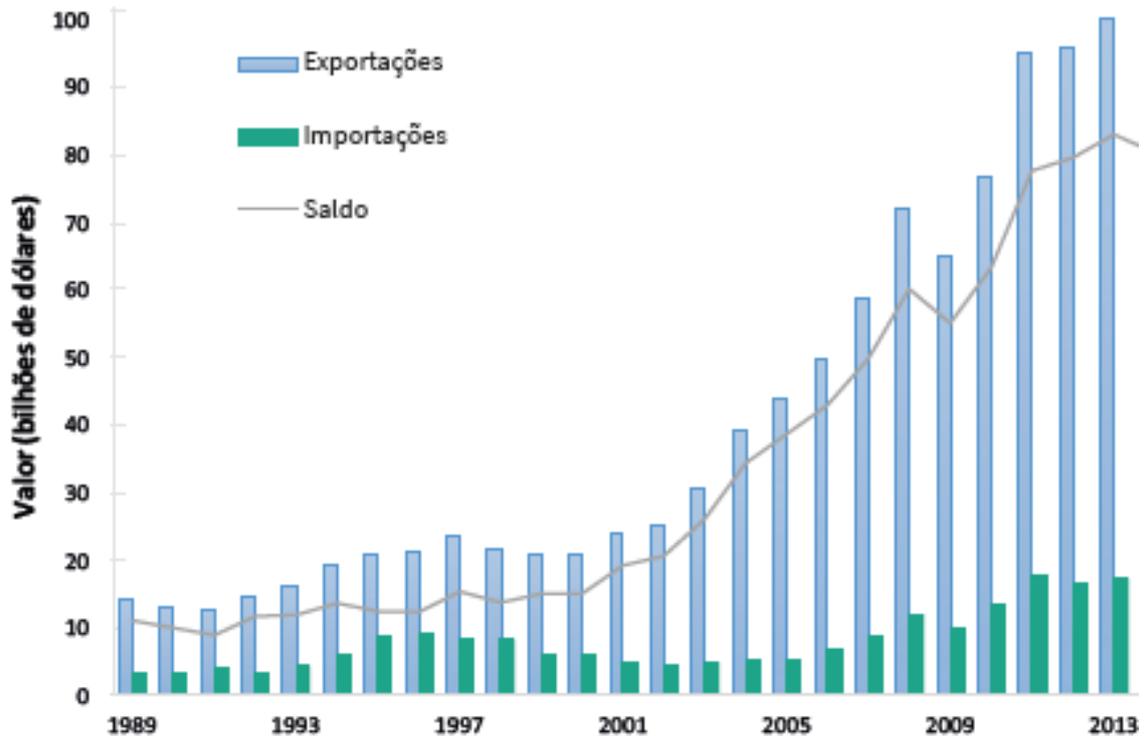
Nesse sentido, por meio de uma organização interna foi possível atender a aumento da demanda internacional corroborando para um aumento significativo das exportações.

Outro fator responsável pelo crescimento das exportações das commodities brasileiras foi um movimento internacional caracterizado pela forte expansão chinesa como explana (BORGES et al., 2011, pg 03):

No centro explicativo desta conjuntura estava a relação simbiótica entre as duas das maiores economias do mundo, EUA e China. A primeira, movida pela forte expansão do crédito e, com isso, do endividamento, mantinha níveis cada vez mais elevados de gastos em consumo e investimento que, por excederem a renda nacional, geravam déficits persistentes em conta corrente. A segunda, vivendo sua grande revolução de industrialização e urbanização ampliava a formação bruta de capital em velocidade inédita. Após entrar na OMC, em 2001, a China passou a expandir sua participação na economia global, inicialmente pelos fluxos de comércio e, mais recentemente, pelo investimento direto estrangeiro. Assim, suas exportações de manufaturas pressionaram para baixo os preços internacionais destes produtos, ao passo que suas importações de produtos intensivos em recursos naturais contribuíram, decisivamente, para a alta nos preços das commodities depois de 2002. Este fato está na origem no choque favorável nos termos de intercâmbio das economias exportadoras de recursos naturais, bem como da moderação inflacionária verificada nas economias industrializadas a despeito da elevação contínua dos preços de energia, alimentos e metais.

A Figura 3 retrata o impacto nas exportações agrícolas brasileiras que a ascensão chinesa proporcionou.

Figura 3 – Balança Comercial Agrícola Brasileira entre 1989 a 2013.



Fonte: Agrostat (2017).

A Figura 3 mostra que entre 1990 e 2013, o saldo da balança agrícola do país aumentou quase 10 vezes, alcançando, nesse último ano, US\$ 100 bilhões, valores que têm contribuído para o equilíbrio das contas externas do país. Também é possível observar que a partir de 2001 houve uma rápida evolução nas exportações beneficiada em parte pelo aumento da demanda chinesa.

Carvalho & Negri (2002) estimaram as equações para os quantum de produtos agropecuários importados e exportados pelo Brasil, trimestralmente, constatando que as importações de produtos agropecuários se mostraram dependentes da taxa de câmbio real e da taxa de utilização da capacidade doméstica instalada. Já as exportações brasileiras desses produtos foram influenciadas basicamente pelo nível de atividade mundial e, em menor grau, pela taxa de câmbio real.

Partindo da abordagem de excedentes de oferta e de demanda, Miranda (2001) estimou as equações de vendas externas de carne bovina brasileira. A autora

analisou o comércio com a União Europeia e com os Estados Unidos, buscando identificar os efeitos de barreiras não-tarifárias sobre o comércio do produto. Novamente, a taxa de câmbio real mostrou-se uma variável bastante relevante para influenciar os volumes exportados.

No trabalho de Barros et al. (2002) foram estimadas as funções de oferta de exportação de produtos agropecuários para o Brasil, considerado o período de 1992 a 2000. Os autores apresentaram um modelo teórico, baseado no trabalho de Miranda (2001), especificando modelos econométricos, ajustados para diferentes produtos, nos quais a equação de oferta de exportação é derivada das funções de oferta e de demanda internas.

Atestou-se, de modo geral, que os impactos do crescimento da economia brasileira sobre as exportações do agronegócio foram expressivos, confirmando a impressão de que a contenção do crescimento doméstico contribui para que maiores volumes sejam exportados. A taxa de câmbio mostrou-se, também importante fator determinante das exportações do agronegócio brasileiro, sendo as de soja (e seus derivados) e açúcar as mais influenciadas pelo câmbio. Em relação ao preço externo, açúcar e soja são novamente os produtos mais afetados, ao lado de carne industrializada. Os preços domésticos tenderam a refletir o desempenho da produção doméstica em face da demanda interna, e as exportações de açúcar foram as mais sensíveis ao comportamento do mercado interno.

Outro ponto que se deve levar em consideração é a evolução dos estímulos governamentais sob a produção agrícola via empréstimos BNDES, como expõe a Tabela 8.

Tabela 8 - Desembolsos do BNDES na agropecuária: 1895 a 2018 em R\$ milhões

Ano	Desembolso	Varição
1995	731	-
1996	729	-0,27%
1997	1.391	90,81%
1998	1.349	-3,02%
1999	1.287	-4,60%
2000	1.908	48,25%
2001	2.762	44,76%
2002	4.509	63,25%
2003	4.595	1,91%
2004	6.930	50,82%
2005	4.059	-41,43%
2006	3.423	-15,67%
2007	4.998	46,01%
2008	5.594	11,92%
2009	6.856	22,56%
2010	10.126	47,70%
2011	9.759	-3,62%
2012	11.362	16,43%
2013	18.662	64,25%
2014	16.775	-10,11%
2015	13.710	-18,27%
2016	13.898	1,37%
2017	14.375	3,43%
2018	14.660	1,98%

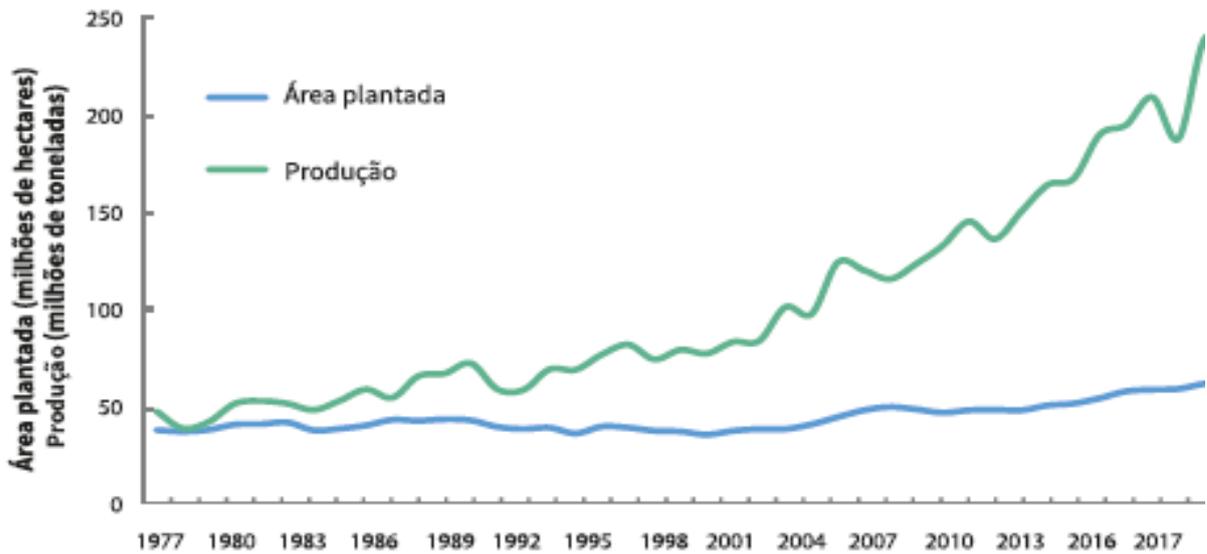
Fonte: Estatísticas operacionais do BNDES (2019)

A Tabela 8 mostra um aumento considerável de empréstimos do BNDES para o setor agropecuário, principalmente entre o período que vai de 2000 a 2003 representando um aumento de 136% na participação do BNDES no setor, demonstrando assim uma política de estímulo para o setor.

O aumento na proporção de crédito de investimento no total do crédito rural reflete o desejo do governo de financiar investimentos de longo prazo em sistemas de produção agropecuária melhores e mais produtivos, além de financiar despesas recorrentes e insumos de curto prazo (SANTANA; NASCIMENTO, 2012).

Esse aumento de produtividade ocorreu sem o aumento da área plantada, ou seja, houve um ganho de escala devido a investimentos tecnológicos na lavoura como demonstra a Figura 4.

Figura 4 – Relação entre área plantada e produção: 1977 a 2017.



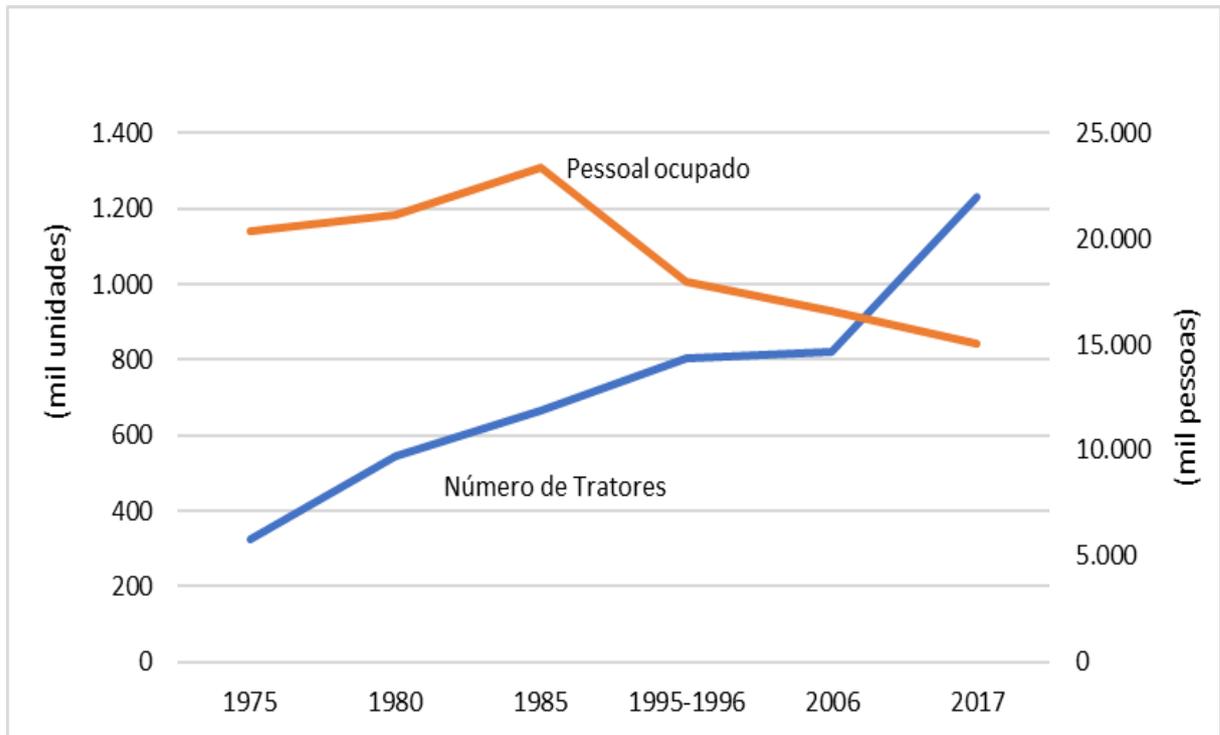
Fonte: Conab (2018).

É possível observar pela Figura 4 que a área plantada quase não se altera em relação ao aumento da produção, nesse sentido, é possível constatar que o aumento da produtividade brasileira proporcionou uma produção em maior escala não utilizando grandes espaços físicos. Percebe-se também que existe terras para aumento de plantio.

A partir do século XXI houve relevantes ganhos de produtividade total dos fatores. A partir de 2000 observou-se uma maior taxa de crescimento ao longo dos últimos 40 anos. Um conjunto de fatores influenciou esse crescimento, os mais importantes foram as políticas setoriais que possibilitaram aumento dos investimentos, o financiamento através do crédito rural, a abertura da agricultura para o mercado internacional e a adoção de novos sistemas de produção (GASQUES, 2017).

Outro ponto que pode ser levado em consideração quanto ao aumento da produtividade é uma relação entre tratores e pessoal ocupado, visto que, se houver um aumento do número de tratores na produção rural e uma diminuição de trabalhadores significa aumento de produtividade. Sendo assim, a Figura 5 retrata a relação entre pessoal ocupado e número de tratores.

Figura 5 – Relação entre pessoal ocupado e número de tratores entre 1975 a 2017



Fonte: IBGE - Censo Agro 2017

A Figura 5 explicita uma relação inversa entre o pessoal ocupado e número de tratores. Nota-se um aumento da quantidade de tratores no período que compreende os anos de 2006 a 2017, período no qual também houve incentivos por parte do governo na produção rural como demonstrado anteriormente.

De acordo com as informações é possível mencionar que a produtividade brasileira na questão da agricultura se mostrou assertiva, ou seja, a partir da tecnologia e com a mesma área de plantio se consegue uma quantidade maior de produção por m².

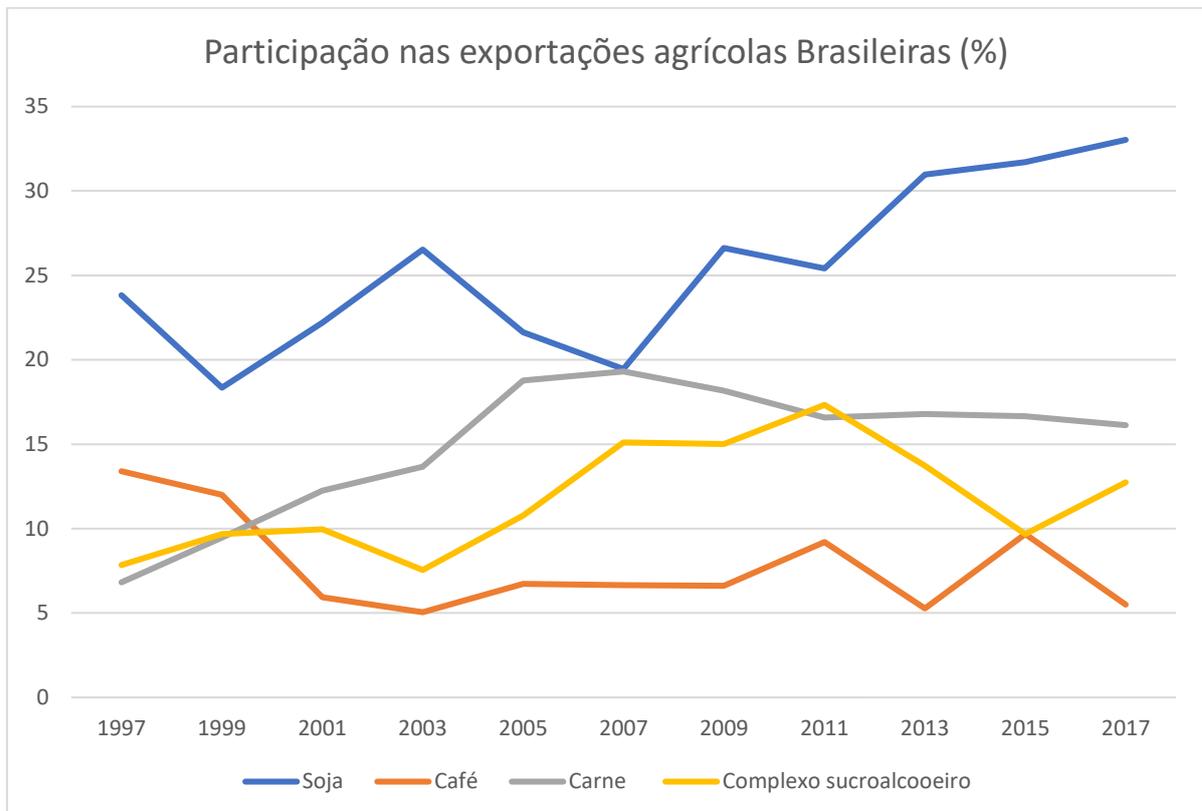
4.3 ANÁLISE COMPARATIVA DE EXPORTAÇÕES ENTRE O CAFÉ E AS PRINCIPAIS COMMODITIES AGRÍCOLAS BRASILEIRAS

Para ter uma dimensão geral de como foi a produção brasileira de café no período de 1997 a 2017, se faz necessário um comparativo com seus principais pares, como por exemplo, soja, açúcar e carne. Estes são itens importantes para a pauta brasileira de exportação que juntamente com o café corroboram para o

equilíbrio da balança comercial brasileira. Esse comparativo servirá como base para tentar explicar os motivos da oscilação de exportação do café.

Importante para o desenvolvimento da economia brasileira, o café teve devido destaque na pauta exportadora, perdurando por muito tempo na primeira colocação, mas no final do século XX até 2017 perdeu sua relevância como demonstra a Figura 6.

Figura 6 – Participação das principais commodities nas exportações brasileiras

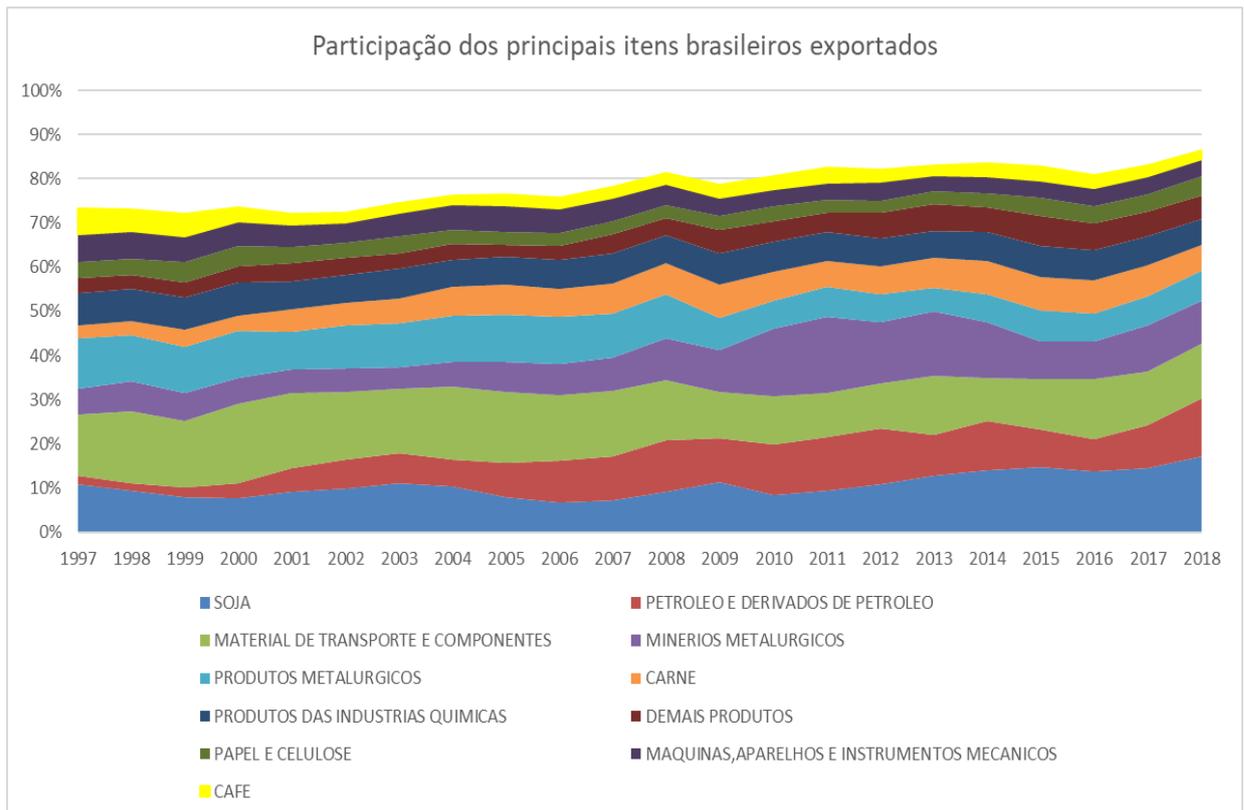


Fonte: Elaboração própria com base em AGROSTAT - Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro (2019).

A Figura 6 retrata a participação das principais commodities agrícolas brasileiras. Verifica-se que enquanto a soja teve uma ascensão considerável atingindo a participação de 33% na balança comercial agrícola, o café, por outro lado, que em 1997 detinha participação de 13,4% na balança agrícola, viveu um momento de declínio atingindo uma espécie de estagnação até 2017. Nesse sentido é possível constatar que o café perde sua importância na pauta exportadora brasileira, porém ainda detém um importante peso na mesma.

É necessário observar a participação das commodities brasileiras dentro da balança comercial como um todo, a Figura 7 mostra a participação dos 11 principais itens brasileiros exportados e suas variações.

Figura 7 – Participação dos principais itens exportados



Fonte: Elaboração própria com base em AGROSTAT - Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro (2019).

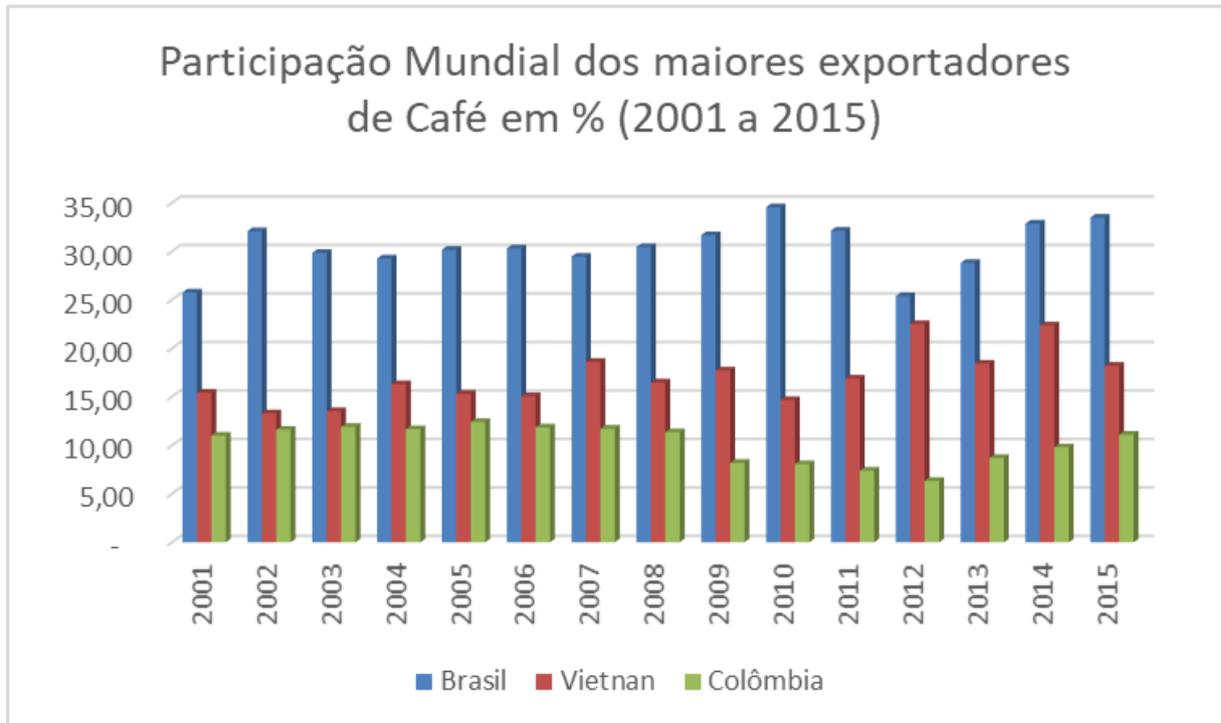
A Figura 7 demonstra a evolução dos 11 principais itens exportados na economia brasileira. É possível absorver o comportamento de cada item e principalmente da soja que aumentou sua participação de 11% em 1997 para 17% em 2018. Já o café seguiu caminho contrário, diminuindo sua participação de 6% em 1997 para 2% em 2018 ficando visível sua redução na participação.

Apesar da diminuição de participação até ano de 2018, ainda possui relevância na balança comercial brasileira, porém é necessário explicar os motivos para esse declínio na participação.

Deve-se levar em consideração a participação dos principais concorrentes brasileiros quanto a exportação mundial de café para se chegar a uma conclusão

que configurará em um aumento ou não da concorrência, nesse sentido a Figura 8 mostra a evolução da participação dos principais exportadores mundiais de café:

Figura 8 – Participação Mundial dos maiores exportadores de café entre 2001 e 2015



Fonte: MDIC/SECEX; O.I.C.

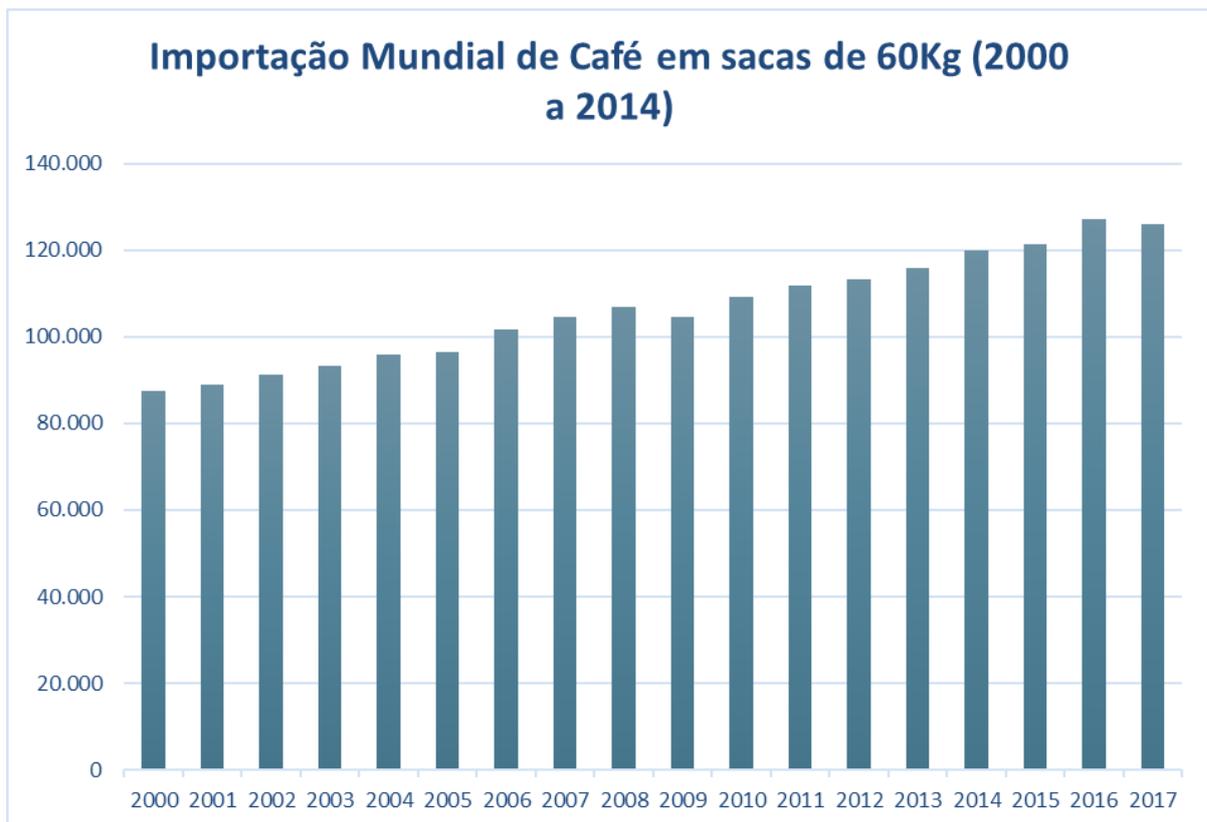
De acordo com a Figura 8, em que se observa a participação das três principais nações exportadoras de café, percebe-se a ascensão do Vietnã, principalmente entre os anos de 2010 a 2012, atingindo nesse ano uma representatividade próxima à brasileira. Entretanto no período de 2013 a 2015 o Brasil recupera sua participação, nesse sentido é possível afirmar que a primeira colocação brasileira em exportações cafeeiras segue inalterada, entretanto sendo ameaçada pelo Vietnã.

De acordo com Nishijima (2012), a entrada e força do Vietnã no mercado mundial de café teve como origem um estímulo do Banco Mundial em incentivar o produto, visto que os preços no mercado internacional estavam relativamente altos devido a problemas climáticos ocorridos com o Brasil em meados da década de 90.

Outro ponto que elevou a produção do Vietnã foi a política cambial praticada e também baixos custos de mão de obra quando comparadas à brasileira.

Também deve-se conhecer o consumo mundial, mais especificamente o mercado importador do café para definir se houve uma redução mundial no seu consumo o que impactaria diretamente em uma redução nas exportações brasileiras, sendo assim a Figura 9 retrata o consumo mundial de café entre 2000 a 2017:

Figura 9 – Importação Mundial de Café em sacas de 60 kg ente 2000 e 2014.

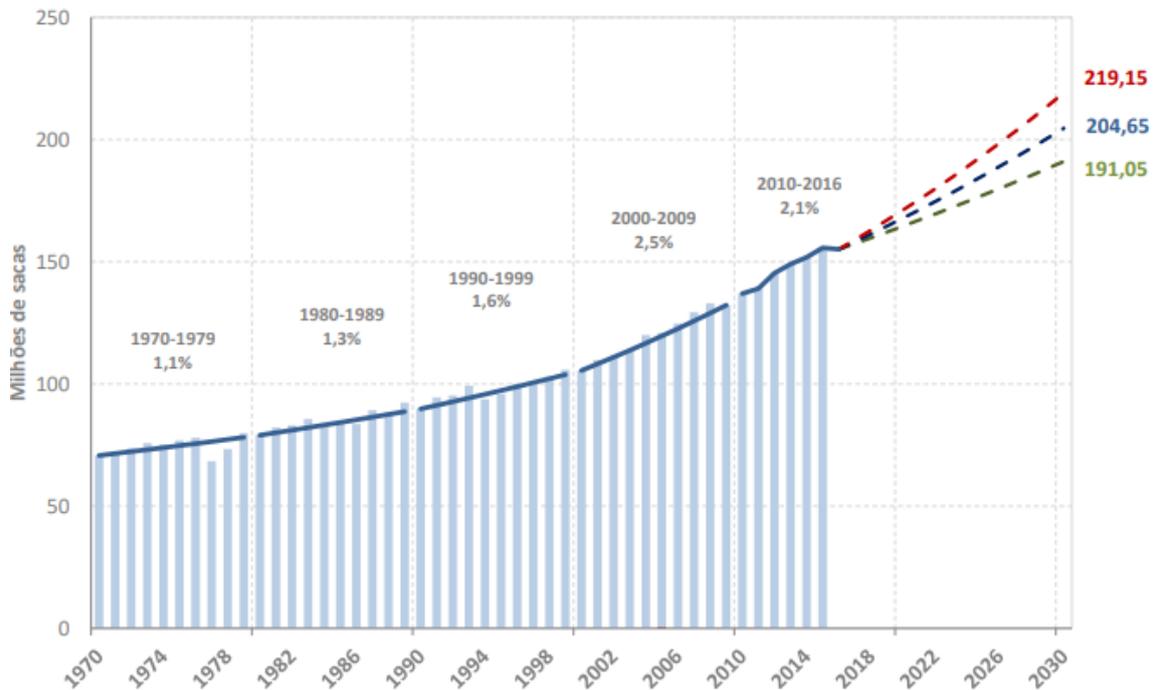


Fonte: Elaboração própria com base em International Coffe Organization (2019).

É possível observar pela Tabela 9 um aumento gradual de importações cafeeiras até o ano de 2017 concluindo-se assim que a queda da participação do café na balança comercial não tem relação com uma possível diminuição na demanda global.

Pode-se destacar também como estão as projeções de tendências de consumo mundial de café para compreender se esse consumo se perdura, dito isso a Figura 10 mostra as projeções de consumo mundial até 2030.

Figura 10 – Projeções de consumo do café até 2030



Fonte: Relatório Mensal dezembro, Cecafé (2017).

A Figura 10 mostra uma tendência positiva para 2030. Em um cenário positivo ela revela um consumo mundial de 219,5 milhões de sacas, um aumento de 43% em relação a 2016. Em um cenário mais pessimista o consumo vai para 191 milhões de sacas representando em um aumento de 25% em relação a 2016. Sendo assim, essa pesquisa revela que existe espaço para o crescimento da produção brasileira.

De acordo com as informações anteriormente citadas é possível supor que a diminuição da participação brasileira do café, que embora tendo aumento de investimentos e produtividade, se dá pelo aumento da concorrência, todavia o Brasil ainda se mantém na 1ª colocação até o ano de 2017, porém vislumbra uma concorrência cada vez mais acirrada para os próximos anos, mesmo com o consumo mundial aumentando.

4.3.1 Estudo do impacto das exportações do café na balança comercial brasileira

A cadeia agroindustrial do café constitui um dos setores mais importantes da economia brasileira pela sua participação na pauta de exportação e na geração de

emprego e de renda e representa, no médio e no longo prazo, um dos principais produtos estratégicos para o país. Além disso, a importância da cafeicultura brasileira pode ser visualizada pelo volume de produção e pelo consumo interno (TEIXEIRA, 2000). O Brasil é o maior produtor mundial de café arábica², seguido da Colômbia, Guatemala, México e Indonésia. O Vietnã se encontra na posição de maior produtor mundial de café robusta³. Os Estados Unidos são os maiores consumidores, seguidos pelo Brasil, Alemanha e Japão.

Conforme mencionado pelo IEDI (2011), a balança comercial da indústria de transformação passou de superávit primário médio de mais de US\$ 30 bilhões, no biênio 2005 a 2006, para déficits crescentes atingindo US\$ 34,8 bilhões. O saldo comercial negativo é mais forte nos setores intensivos em tecnologia. Entretanto, o Ministério da Fazenda (2011) reporta que, no final de 2010, 64,6% das exportações brasileiras são provenientes das commodities, sendo elas pontos-chaves para equilíbrio da balança comercial.

De acordo com os dados abordados é possível dizer que o café, mesmo com sua perda de relevância na pauta exportadora em comparativo com outras commodities tem papel importante na balança comercial, dito isso é possível fazer um estudo removendo o café da balança comercial e observar o impacto que isso traria no saldo das exportações em comparação com importações. Sendo assim a Tabela 9 retrata o saldo da balança caso o café fosse removido da pauta exportadora.

² Café arábica é uma espécie de café natural da Arábia ou da Etiópia, é uma planta delicada e necessita de tratamentos intensos.

³ Café Robusta é uma espécie de café difundida na Ásia, Indonésia e Brasil. Possui mais resistência e não é necessário muito processo em seu plantio

Tabela 9 - Saldo da Balança Comercial sem exportações cafeeiras (em bilhões de dólares)

Ano	Exportações (A)	Importações (B)	Saldo (C)= A-B	Exportações de Café (D)	Saldo sem exportações de café (E) = C-D
2000	55.018	55.891	- 873	1.762	- 2.635
2001	58.128	55.444	2.684	1.397	1.287
2002	60.290	47.140	13.150	1.367	11.783
2003	72.975	48.269	24.706	1.527	23.179
2004	96.332	62.744	33.588	2.031	31.557
2005	118.692	73.468	45.224	2.894	42.330
2006	137.708	91.192	46.516	3.335	43.181
2007	160.521	120.475	40.046	3.853	36.193
2008	197.778	173.118	24.660	4.731	19.929
2009	152.910	127.812	25.098	4.250	20.848
2010	201.788	181.774	20.014	5.735	14.279
2011	255.936	226.244	29.692	8.698	20.994
2012	242.277	223.366	18.911	6.436	12.475
2013	241.967	239.681	2.286	5.245	- 2.959
2014	224.974	229.127	- 4.153	6.614	- 10.767
2015	190.971	171.459	19.512	6.120	13.392
2016	185.232	137.585	47.647	5.429	42.218
2017	217.739	150.749	66.990	5.197	61.793
2018	239.889	181.230	58.659	4.895	53.764

Fonte: Tabela de elaboração própria com base nos dados da SÉRIE HISTÓRICA: 1998 a 2019 em MDIC (2019)

De acordo com a Tabela 9, observa-se que a exportação cafeeira no século XXI ainda tem relevância na pauta exportadora podendo ser destacado os anos de 2000 e 2013, em que caso o café fosse removido, o equilíbrio da balança comercial não existiria e a mesma seria deficitária.

Nesse sentido, é correto dizer que o café contribui juntamente com a soja e açúcar para o equilíbrio da balança comercial brasileira com uma parcela relevante de participação.

A produção cafeeira a partir do século XXI tem se mostrado produtiva com investimentos estatais e privados houve um ganho tecnológico que corroborou para o aumento de produção, entretanto o café perde força na pauta exportadora ainda que até o ano de 2018 mantém relevante participação. O fator mais evidente que pode explicar a diminuição na pauta exportadora é a concorrência, principalmente por parte do Vietnã, onde o mesmo através de mecanismos de controle de câmbio e mão de obra barata conseguiu certo destaque na exportação do grão.

Por outro lado, a expectativa de consumo mundial de café tem tendência de aumento, sendo assim o Brasil será beneficiado em virtude de possuir área livre

para o plantio, caso oposto do Vietnam, sendo assim é possível dizer que a tendência é de um aumento das exportações brasileiras até o ano de 2030.

5 CONCLUSÃO

O café, desde o início do século XIX, desempenha um importante papel na economia mundial e o Brasil tem ocupado, historicamente, posição de maior produtor e exportador mundial de café. Pelo fato de ser uma cultura que utiliza tecnologia intensiva em trabalho, o café constitui-se em uma atividade geradora de emprego e de renda, sobretudo quando se consideram as demais atividades ao longo de toda a cadeia do produto. Além disso, o café é uma importante fonte de geração de divisas para geração de receitas necessárias à importação de outros bens essenciais e o superávit da balança comercial favorável ao desenvolvimento econômico.

O setor exportador é afetado pelas práticas protecionistas de alguns países consumidores. Está exposto aos padrões de consumo externo e à prática competitiva de grandes corporações internacionais. A falta de coordenação entre os segmentos do agronegócio, as oscilações dos preços internacionais e as distorções tributárias são fatores determinantes da participação das exportações brasileiras de café no comércio internacional.

O Brasil, maior produtor e ofertante mundial de café arábica, tem garantido a participação no mercado internacional devido ao custo de produção mais baixo em seus estados produtores.

A participação brasileira foi afetada no mercado mundial de café, em parte, pela política de valorização de preços praticada pelo país, pelos momentos de valorização da moeda nacional, fazendo com que o Brasil estabiliza-se sua cota de exportação e estimulando a produção dos países concorrentes, incentivos foram feitos no setor, porém não o suficiente para manter um aumento crescente de exportações. A ausência de marketing externo, melhor divulgação do produto, aumento do consumo interno, controle cambial de países concorrentes também justificam a perda de dinamismo do produto no mercado internacional.

O presente trabalho evidencia uma diminuição de participação do café na balança comercial que é explicada pela ascensão de commodities como a soja e açúcar nas exportações brasileiras. Entretanto o café no ano de 2018 detém uma participação de 2% de todas as exportações brasileiras corroborando para o equilíbrio da balança comercial representando relevância na pauta exportadora e validando a hipótese principal.

O ponto positivo são as previsões de consumo do café que mostram um aumento de consumo e o Brasil possui produtividade no setor aliado com grandes áreas para plantio, nesse sentido é possível constatar que a tendência é de um aumento de exportações, visto que a concorrência não detém essas mesmas áreas para plantio devido ao seu tamanho territorial e nem a tecnologia que o Brasil emprega na produção cafeeira.

Esse trabalho não pretende esgotar todo o assunto do tema, no entanto pode servir como base para futuros trabalhos e estudos que tomam como base a formação econômica brasileira.

REFERÊNCIAS

- ABRÚCIO, Fernando Luiz. Os Barões da Federação: **Os Governadores e a Redemocratização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1998. ARTHMAR, Rogério. Os Estados Unidos e a economia mundial no Pós-Primeira Guerra. *Revista Estudos Históricos*, v. 1, n. 29, 2002.
- AGROSTAT. **Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro**. Disponível em: <<http://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm>>. Acesso em: 01 mar. 2019.
- GREMAUD, Amaury Patrick ...[et al]. **Economia Brasileira Contemporânea**, São Paulo, Atlas, 2004.
- Associação Brasileira da Indústria de Café – ABIC. **Exportação Mundial**. Disponível em: <<http://abic.com.br/estatisticas/exportacoes/exportacao-mundial/>> Acesso em dezembro de 2018.
- Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC. **História do Café**. 2009. Disponível em: <<http://www.abic.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=38>> Acesso em junho de 2018.
- BAER, W. A. **Industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966.
- Barros, G. S. d. C., Bacchi, M. R. P. & Burnquist, H. L. (2002), **Estimação de equações de oferta de exportação de produtos agropecuários para o Brasil (1992/2000)**, Texto para Discussão 865, IPEA.
- BORGES, Maurício et al (Comp.). **As Exportações Brasileiras e os Ciclos de Commodities; tendências recentes e perspectivas**. Brasília: Apex Brasil, 2011. 61 p. Disponível em: <<http://www.apexbrasil.com.br/Content/imagens/5a438c3e-ddd0-4807-8820-a0f6650bd379.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2019.
- IBGE. **CENSO AGRO 2017**. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>. Acesso em: 01 abr. 2019.

BNDES. Estatísticas Operacionais do Sistema BNDES. 2019. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticas-desempenho>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

CAPUTO, Ana Cláudia; MELO, Hildete Pereira de. **A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC.** 2009. 39 v. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612009000300003>. Acesso em: 17 jun. 2019.

CATELLI JUNIOR, Roberto. **Brasil: do café à indústria.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

Carvalho, A. & Negri, J. A. D. (2002), **Estimação de equações de importação e exportação de produtos agropecuários para o Brasil (1977/1998)**, Texto para Discussão 0698, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CECAFE. **RELATÓRIO MENSAL DEZEMBRO DE 2017.** 2017. Disponível em: <http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/informe_estatistico/CECAFE_Relatorio_Mensal_Dezembro_2017.pdf>. Acesso em: 15 maio 2019.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil.** São Paulo: Editora Ática, 2002.

CONAB. **A Cultura do Café: análise dos custos de produção e da rentabilidade nos anos-safra 2008 a 2017.** 2017. Disponível em: <<file:///C:/Users/Renan%20Luis%20Roth/Desktop/UCS%202019/TCC/CompendioZdeEstudosZdaZConabZ-ZVZ12Z-ZAZculturaZdoZcafZ-ZAnliseZdosZcustosZdeZproduoZeZrentabilidadeZnosZanosZsafraZ2008ZaZ2017.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

COMEX. **ESTATÍSTICAS DO COMÉRCIO EXTERIOR.** Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/>>. Acesso em: 04 maio 2019.

DELFIM NETTO, Antônio. **O problema do café no Brasil.** São Paulo: FEA-USP. 1959.

DELFIM NETTO, Antônio. **Ensaio sobre café e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Café, 1971.

FAVERET FILHO, P; PAULA, S. de. A Agroindústria. In: **BNDES 50 Anos - Histórias Setoriais (dezembro/2002)**. BNDES. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro_setorial/setorial05.pdf> . Acesso: 08/04/2019.

FELIPE, C. R. P; DUARTE, J. B. **Conjuntura do Comércio Internacional de Café**. Revista Anhanguera v.9 n.1 jan./dez. p.9-36 2008.

FRITSCH, Winston. 1922: **A crise econômica**. Revista Estudos Históricos. v. 6, n. 11, p. 6 -8, 1993.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2000.

_____._____. ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007.

_____._____, ed. Companhia das Letras, 2016. 352 p.

FURTADO, Milton Braga. **Síntese da Economia Brasileira**. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC - LIVROS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS, 1999. 281 p. v. 1.

GALBRAITH, K. **O Colapso da Bolsa de 1929**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.

GASQUES, J. G.; BACCHI, M. P. R.; RODRIGUES, L.; BASTOS, E. T.; VALDEZ, C. **Produtividade da agricultura brasileira: A hipótese da desaceleração**. In: VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G. (Orgs.) Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade. Brasília: Ipea, 2016, p. 143-163, cap. 5

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GONZALEZ, B. C. de R; COSTA, S. M. A. L. **Agricultura Brasileira: Modernização e Desempenho**. Teoria e Evidência Econômica. Passo Fundo, v. 05, nº.10, p.7-35, maio 1998. Disponível em: http://www.upf.tche.br/cepeac/download/artigo01_10.pdf. Acesso em: 08 abr./ 2019.

GRYNSZPAN, M. **Origens e conexões norte-americanas do agribusiness no Brasil**. Revista Pós Ciências Sociais, São Luís, v. 9, n. 17, p. 123-148, 2012.

Disponível em:

<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/987> . Acesso em: 08 abr./ 2019.

HOLLOWAY, Thomas. **Vida e Morte do Convênio de Taubaté: A primeira valorização do café**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

IEDI. **A indústria de transformação por intensidade tecnológica: o desafio de crescer sem deteriorar ainda mais o saldo comercial.** *Carta IEDI*, São Paulo, IEDI, n.454, 11 de fevereiro de 2011.

JANOTTI, Maria de Lourdes. **O Coronelismo. Coleção Tudo é Histórica.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 185 p. v. 1. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/192008010/Fundamentos-de-Metodologia-Cien-Jose-Carlos-Koche-pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Ana Luiza. **História do Café.** São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS FILHO, Amílcar. **A economia política do café com leite (1900-1930).** Belo Horizonte: UFMG, 1981.

MELLO, P. C. **Aspectos econômicos da organização do trabalho da economia cafeeira do Rio de Janeiro, 1850-88.** *Revista Brasileira de Economia.* Rio de Janeiro. Páginas 19-67, jan.fev. mar. 1978.

MIRANDA, S. H. G. (2001), **Quantificação dos Efeitos das Barreiras Não-tarifárias sobre as Exportações Brasileiras de Carne Bovina,** Tese de doutorado, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba.

ROSENTAL, C.; FRÉMONTIER-MURPHY, C. **Introdução aos métodos quantitativos em ciências humanas e sociais.** Porto Alegre: Instituto Piaget, 2001.

NEY, Carvalho. **O Encilhamento: anatomia de uma bolha brasileira.** São Paulo: Bovespa, 2004.

NISHIJIMA, Marislei et al. **Análise de Concorrência no Mercado Mundial de Café Verde.** Piracicaba, Sp: Resr, 2012. (50). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v50n1/a04v50n1>>. Acesso em: 26 abr. 2019.

ORGANIZATION, International Coffe. **International Coffe Organization.** Disponível em: <<http://www.ico.org/historical/1990%20onwards/PDF/2b-imports.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2019.

PIFFER, Oswaldo. In: **A industrialização no Brasil.** Disponível em: <<http://pt.shvoong.com/business-management/information-technology-management/1854506-industrializacY0C3%A7%C3/cA3o-brasil/>>. Acesso em: 05 jun. 2009 . Acesso em: 07 set. 2018.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

REGO, JOSÉ MARCIO et al. (Org.). **Formação Econômica do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. 314 p. v. 1.

REZENDE, Cyro. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Contexto, 1999.

ROCHA, Henrique Ribeiro da; PEREIRA, Bruna Leal; MARTIN, Júlia Saint. **O QUE SÃO COMMODITIES AGRÍCOLAS?**2018. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/commodities-agricolas/>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. **A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República**. Estudos Avançados, v. 3, no. 7, set./dez. 1989, p. 20-39. Disponível no site: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v3n7/v3n7a03.pdf>

SANTANA, C. A. M.; NASCIMENTO, J. R. **Public policies and agricultural investment in Brazil**: final report. Brasília: Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), 2012. Disponível em: . Acesso em: 13 abr. 2015.

SUZIGAN, W.; VERSIANI, F. **O Processo Brasileiro de Industrialização: Uma visão geral**. Texto preparado para a seção relativa à industrialização da América Latina no X Congresso Internacional de História Econômica, Louvain, agosto de 1990. Disponível em < <http://cacphp.unioeste.br/cursos/toledo/historiaeconomica/eeb1-4.pdf>> Acesso em Setembro de 2018.

WILLIAMSON, J. **Economia aberta e a economia mundial**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.